



Universidade Federal  
de São João del-Rei



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI  
DEPARTAMENTO DE LETRAS, ARTES E CULTURA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

SAMANTHA ELLEN DE SOUZA

**REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS ACERCA DO ESTUPRO:  
DISCURSO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA**

SÃO JOÃO DEL-REI  
2023



Universidade Federal  
de São João del-Rei



SAMANTHA ELLEN DE SOUZA

**REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS ACERCA DO ESTUPRO: DISCURSO DAS  
VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras –  
PROMEL – Teoria Literária e Crítica da Cultura, da  
Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ –, como  
requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de Concentração: Teoria Literária e Crítica da Cultura

Linha de Pesquisa: Discurso e Representação Social

Orientador: Professor Dr. Antônio Luiz Assunção

SÃO JOÃO DEL-REI  
2023

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)  
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S729r Souza, Samantha Ellen de .  
Representações discursivas acerca do estupro :  
discurso das vítimas da violência / Samantha Ellen de  
Souza ; orientador Antônio Luiz Assunção. -- São  
João del-Rei, 2023.  
93 p.

Dissertação (Mestrado - Letras) -- Universidade  
Federal de São João del-Rei, 2023.

1. Estupro. 2. Análise Crítica do Discurso. 3.  
Violência. 4. Redes coesivas. 5. Vítimas de Estupro.  
I. Assunção, Antônio Luiz , orient. II. Título.

**Samantha Ellen de Souza**

Representações discursivas acerca do estupro: vulnerabilidade de gênero  
no discurso das vítimas da violência

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Antônio Luiz Assunção – UFSJ

(Presidente/Orientador)

---

Prof. Dr. Lucineudo Machado Irineu – UECE

(Titular Externo)

---

Prof. Dr. Cláudio Márcio do Carmo - UFSJ

(Titular Interno)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Nádia Dolores Fernandes Biavati

Coordenadora do PPG em Letras

**Fevereiro de 2023**



---

*Emitido em 14/04/2023*

**HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 7/2023 - PROMEL (13.20)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 14/04/2023 16:39 )*

**NADIA DOLORES FERNANDES BIAVATI**

*COORDENADOR DE CURSO - TITULAR*

*PROMEL (13.20)*

*Matrícula: 2141488*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufsj.edu.br/public/documentos/> informando seu número: **7**, ano: **2023**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: **14/04/2023** e o código de verificação: **f2726dd78d**

À todas as mulheres vítimas de estupro que, no momento mais triste de suas vidas, foram moralmente julgadas, oprimidas e violentadas novamente por aqueles que deveriam defendê-las.

## AGRADECIMENTOS

Gratidão a Deus por me sensibilizar para enxergar um problema tão grave e incrustado em nosso meio social. Agradeço por me ajudar a enfrentar um assunto tão denso e delicado, possibilitando-me transferir os meus anseios e inquietações através da escrita.

À minha mãe, Sonete Souza, heroína que, nas horas difíceis, de desânimo e cansaço, sempre esteve disposta a me apoiar e incentivar.

Ao meu pai, Eli Antônio de Souza, que sempre me amparou e é meu grande exemplo de força, honestidade, amor e, acima de tudo, humildade.

Ao meu irmão, João Victor de Souza, por estar sempre presente e me dar forças a todo momento.

Meus agradecimentos aos meus amigos. À Clenir Ribeiro, companheira de trabalhos e irmã na amizade. Amiga que fez parte da minha formação e que irá continuar presente em minha vida por muitos anos. Ao Alex, amigo querido que sempre esteve presente para me auxiliar em todo o meu percurso acadêmico.

À Universidade Federal de São João del-Rei, seu corpo docente, direção e administração, que oportunizaram a janela que hoje me possibilita vislumbrar um horizonte superior. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, (CAPES), pela bolsa que possibilitou o andamento desta pesquisa.

Ao meu orientador Antônio Luiz Assunção, pelo suporte, amizade, apoio, incentivo, confiança e correções atentas. Ainda agradeço pelo encorajamento, pela compreensão e pelas palavras de confiança que foram determinantes para a escrita deste trabalho, pois possibilitaram acreditar que produzir este trabalho era algo possível.

A todos os professores do curso de Letras da UFSJ, por proporcionarem a mim o conhecimento, não apenas científico, mas a manifestação do caráter, da empatia e da afetividade no processo de formação. Sou grata pelo tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me transmitido os conhecimentos previstos nos planos de aula, mas por terem feito de mim uma pessoa mais crítica e atenta aos discursos que me cercam. A palavra mestre nunca fará justiça aos professores dedicados e humanos, aos quais, sem nominar, terão os meus eternos agradecimentos.

“Hoje fui estuprada. Subiram em cima de mim, invadiram meu corpo e eu não pude fazer nada. Você não vai querer saber dos detalhes. Eu não quero lembrar dos detalhes. Ele parecia estar gostando e foi até o fim. Não precisou apontar uma arma para a minha cabeça. Eu já estava apavorada. Não precisou me esfolar ou esmurrar. A violência me atingiu por dentro. A calcinha, em frangalhos no chão, só não ficou mais arrasada do que eu. Depois que ele terminou e foi embora, fiquei alguns minutos com a cara no chão, tentando me lembrar do rosto do agressor. Eu não sei o seu nome, não sei o que faz da vida. Mas eu sei quem me estuprou. Quem me estuprou foi a pessoa que disse que quando uma mulher diz ‘não’, na verdade, está querendo dizer ‘sim’. Não porque esse sujeito, só por dizer isso, seja um estuprador em potencial. Não. Mas porque é esse tipo de pessoa que valida e reforça a ação do cara que abusou do meu corpo. Então, quem me estuprou também foi o cara que assobiou para mim na rua. Aquele, que mesmo não me conhecendo, achava que tinha o direito de invadir o meu espaço. Quem me estuprou foi quem achou que, se eu estava sozinha na rua, na balada ou em qualquer outro lugar do planeta, é porque eu estava à disposição. Quem me estuprou foram aqueles que passaram a acreditar que toda mulher, no fundo no fundo, alimenta a fantasia de ser estuprada. Foram aqueles que aprenderam com os filmes pornô que o sexo dá mais tesão quando é degradante pra mulher. Quando ela está claramente sofrendo e sendo humilhada. Quando é feito à força. Quem me estuprou foi o cara que disse que alguns estupradores merecem um abraço. Foi o comediante que fez graça com mulheres sendo assediadas no transporte público. Foi todo mundo que riu dessa piada. Foi todo mundo que defendeu o direito de fazer piadas sobre esse momento de puro horror. Quem me



estuprou foram as propagandas que disseram que é ok uma mulher ser agarrada e ter a roupa arrancada sem o consentimento dela. Quem me estuprou foram as propagandas que repetidas vezes insinuaram que mulher é mercadoria. Que pode ser consumida e abusada. Que existe somente para satisfazer o apetite sexual do público-alvo. Quem me estuprou foi o padre que disse que, se isso aconteceu, foi porque eu consenti. Foi também o padre que disse que um estuprador até pode ser perdoado, mas uma mulher que aborta não. Quem me estuprou foi a igreja, que durante séculos se empenhou a me reduzir, a me submeter, a me calar. Quem me estuprou foram aquelas pessoas que, mesmo depois do ocorrido, insistem que a culpada sou eu. Que eu pedi para isso acontecer. Que eu estava querendo. Que minha roupa era curta demais. Que eu bebi demais. Que eu sou uma vadia. Ainda sou capaz de sentir o cheiro nauseante do meu agressor. Está por toda parte. E então eu percebo que, mesmo se esse cara não existisse, mesmo se ele nunca tivesse cruzado o meu caminho, eu não estaria a salvo de ter sido destroçada e de ter tido a vagina arrebentada. Porque não foi só aquele cara que me estuprou. Foi uma cultura inteira. Esse texto é fictício. Eu não fui estuprada hoje. Mas certamente outras mulheres foram.”

*Aline Valek*



## RESUMO

O estupro é uma violência de gênero, podendo ser visto como uma extensão das desigualdades sociais construídas historicamente entre homens e mulheres. A partir da concepção de discurso como forma de prática social, o presente trabalho visa a investigar e sinalizar alguns dos mecanismos discursivos que promovem a prática do estupro, visto que se trata de um tipo de violência extremamente difundida em todas as culturas. Ademais, no que se refere a uma perspectiva representacional a partir do ponto de vista da mulher, buscamos entender como as mulheres estupradas se veem, questionando se elas identificam a sub-representação ou se o sistema, construído de maneira tão eficaz, ainda, mantém a naturalização das representações simbólicas, mantendo invisíveis as relações hegemônicas de poder para as próprias mulheres. O *corpus* se trata de um conjunto de quatro depoimentos de mulheres que sofreram estupro. A escolha do material a ser analisado se dá com base no gênero textual-discursivo depoimento e na relevância temática para a pesquisa. Como base teórico-metodológica, nos amparamos, principalmente, na Teoria Social do Discurso (FAIRCLOUGH, 1992/2001) para que pudesse ser feita uma análise de discurso e texto que reconhecesse o papel da linguagem na estruturação das relações de poder na sociedade. Para analisarmos as redes coesivas utilizadas no processo de referenciação anafórica na construção do objeto discursivo “estupro” e, conseqüentemente, na construção da imagem das mulheres estuprada, utilizamos Mondada e Dubois (2003), além de Koch (2003).

**Palavras-chave:** representações; estupro; Análise Crítica do Discurso, redes coesivas.



## ABSTRACT

Rape is gender-based violence and can be seen as an extension of the social inequalities historically constructed between men and women. Based on the concept of discourse as a form of social practice, the present work aims to investigate and signal some of the discursive mechanisms that promote the practice of rape, since it is a type of violence that is extremely widespread in all cultures. In addition, we seek to understand how raped women see themselves, questioning whether they identify under-representation or whether the system, built so effectively, still maintains the naturalization of symbolic representations, keeping invisible the hegemonic power relations for the women themselves. The corpus is a set of four testimonies of women who have suffered some type of sexual abuse or violence. The choice of material to be analyzed is based on the textual-discursive genre testimonial and the ethnic culture for the research. As a theoretical-methodological basis, we rely mainly on the Social Theory of Discourse (FAIRCLOUGH, 1992/2001) so that a discourse and text analysis could be carried out that recognizes the role of language in structuring power relations in society; to analyze the cohesive networks used in the anaphoric referencing process of rape and that participate in the construction of the image of the raped women, we used Mondada; Dubois (2003) and Koch (2003).

**Keywords:** representation, rape, critical discourse analysis, cohesive networks.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Categorias analíticas propostas no modelo tridimensional

QUADRO 2 – “(...) até hoje me culpo por não ter dito não”

QUADRO 3 – Âncoras referenciais no depoimento 1

QUADRO 4 – “(...) brincadeiras de abaixar nossas calças”

QUADRO 5 – Âncoras referenciais no depoimento 2

QUADRO 6 – “(...) mulheres vivenciam isso constantemente”

QUADRO 7 – Âncoras referenciais no depoimento 3

QUADRO 8 – “(...) eu morria todas as vezes que ele dizia ‘chupa’”

QUADRO 9 – Âncoras referenciais no depoimento 4

QUADRO 10 – Avaliação do estupro

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO I: CULTURA DO ESTUPRO: UM TEMA E QUATRO VIESES.....</b>	<b>21</b>
<b>1.1 Cultura do Estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres .....</b>	<b>21</b>
1.1.1 Gênero.....	21
1.1.2 Identidade.....	27
1.1.3 Feminismo e ativismo digital.....	30
1.1.4 Cultura do Estupro.....	32
<b>CAPÍTULO II: ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO.....</b>	<b>38</b>
<b>2.1 Análise Crítica do Discurso (ACD) de Norman Fairclough.....</b>	<b>38</b>
<b>CAPÍTULO III: PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>43</b>
<b>3.1 Constituição do Corpus.....</b>	<b>43</b>
<b>3.2 Procedimentos de análise .....</b>	<b>44</b>
<b>3.3 Prática textual .....</b>	<b>45</b>
3.3.1 Referenciação anafórica.....	45
3.3.2 Referenciação e Análise Crítica do Discurso: um olhar híbrido.....	48
3.3.3 A desigualdade de gênero e as violências contra as mulheres versus a busca por emancipação e voz.....	49
<b>3.4 As avaliações construídas pelos atores sociais .....</b>	<b>73</b>
<b>PRODUZINDO UM EFEITO DE CONCLUSÃO .....</b>	<b>77</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>80</b>
<b>ANEXO 1 – DEPOIMENTO 1.....</b>	<b>86</b>
<b>ANEXO 2 – DEPOIMENTO 2.....</b>	<b>87</b>
<b>ANEXO 3 – DEPOIMENTO 3.....</b>	<b>89</b>
<b>ANEXO 4 – DEPOIMENTO 4.....</b>	<b>91</b>

## INTRODUÇÃO

Em um primeiro momento, pensei que o que determinaria a escolha do meu objeto de pesquisa deveria levar em consideração o prazer, pois, desse modo, no meu ponto de vista, o trabalho acadêmico se tornaria mais leve. Contudo, no meu caso, acabou não sendo uma tarefa tão aprazível. Pelo contrário, tratar a respeito da violência sexual contra a mulher é visceral, fruto de muito incômodo, dor e angústia. Em face disso, considero essa discussão necessária e fundamental, pois visa refletir sobre “o corpo feminino e o que se faz dele – como ele é normatizado, controlado, dominado – assim como para buscar denunciar as condições de opressão das mulheres em nossa sociedade, e quem sabe, talvez, possibilitar que outros sentidos sejam produzidos” (REBELO, 2019, p. 144).

Dados da pesquisa “Percepções sobre estupro e aborto previsto em lei”, do Instituto Patrícia Galvão (2020), revelaram que 95% das mulheres convivem com o medo de serem estupradas. Esse sentimento não é por acaso. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020 informa que o Brasil registrou um estupro a cada oito minutos, sendo 85,7% das vítimas do sexo feminino. Enquanto mulher, faço parte dessa taxa de 95% de mulheres que convive com o medo diário de ser potencialmente violada. Ninguém deveria ter receio de caminhar pelas ruas, mas, infelizmente, é algo que acontece todos os dias, em especial, com as mulheres, por isso é uma questão que deve ser discutida e problematizada.

No que se refere à percepção jurídica da problemática a ser tratada no nosso trabalho, o delito de estupro, com base na lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, no título VI, capítulo I, contém a seguinte redação: “Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos” (BRASIL, 2009). Essa violência “pode ser exercida com o uso de força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal” (SOUZA, ADESSE, 2005, p. 20).

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2008) define estupro como todo ato sexual, tentativa de consumir um ato sexual ou insinuações sexuais indesejadas; ou qualquer outro modo de ir contra a sexualidade de uma pessoa por meio da coerção. Fazendo-se uma contextualização da conjuntura, estima-se, conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013), que, a cada ano, no Brasil, 0,26% da população sofre estupro, o que indica que haja, anualmente, 527 mil tentativas ou casos de estupros consumados no país. Acrescenta-se a isso o fato de que, a cada 11 minutos, uma mulher é estuprada no território

brasileiro. Esse dado é ainda mais alarmante quando se considera que apenas 10% dos casos são reportados à polícia (IPEA, 2013).

O estupro é uma violência de gênero, podendo ser visto como uma extensão das desigualdades sociais construídas historicamente entre homens e mulheres. Conforme Drezett (2003, p. 37), no Brasil, a maior parte das mulheres não registra queixa, geralmente, por vergonha ou receio de serem constrangidas, humilhadas ou por medo da reação de seus conhecidos e de autoridades. Além disso, segundo Oliveira (2019, p. 312), “outro desafio imposto aos indivíduos violentados é produzir provas contra o agressor, pois muitas delegacias não possuem áreas preparadas o suficiente para lidar com as consequências e implicações causadas pelo estupro, e acabam por amedrontar as vítimas”. Assim sendo, “a produção das provas necessárias para seguir com o processo também desestimula e afasta a vítima” (OLIVEIRA, 2019, p. 312).

Consoante a isso, Cerqueira e Coelho (2004) apontam tal fato como sendo reflexo da ideologia do patriarcalismo e da consequente expressão machista – disseminada de forma explícita ou sub-reptícia na cultura, nos meios de comunicação e no Sistema de Justiça Criminal – reforçando determinados padrões de conduta que, muitas vezes, levam à violência de gênero e, em particular, aos estupros. Segundo os autores (2004), por vezes, a mulher é colocada como objeto de desejo e de propriedade do homem, o que termina legitimando e alimentando diversos tipos de violência, entre os quais o estupro.

Uma perspectiva interdisciplinar sobre as convenções e desigualdades sociais sustentadas pelo uso da linguagem, com uma orientação textual e uma preocupação transformativa e emancipatória, isto é, politicamente mais engajada, constitui, segundo Lazar (2005, p.1), “a pedra angular da Análise Crítica do Discurso”. Essa maneira de ser implica, de acordo com Kress (1990, p.88), tornar “a linguística mais responsável e mais responsiva às questões de desigualdade social” como, por exemplo, em relação às questões que envolvem o estupro.

Desta feita, a nossa escolha pela Análise Crítica do Discurso, doravante ACD, se faz pelo fato de essa perspectiva teórico-metodológica se atentar para os processos ideológicos que buscam manter a subordinação de grupos desprivilegiados socialmente e, conforme Wodak (2004), ela irá auxiliar-nos na análise da linguagem como um espaço de poder e de lutas no que se refere à representação do estupro. Assim sendo, é necessário mencionar que a problemática do estupro é parcialmente discursiva e relaciona-se diretamente com a naturalização de discursos dominantes acerca da representação da mulher em nossa sociedade e à dissimulação de questões sociais graves.

Em seus estudos, Fairclough (2001) considera o discurso como uma prática ideológica, o que significa, entre outras coisas, que o discurso constitui, naturaliza, mantém e também transforma os significados de mundo nas mais diversas posições das relações de poder.

Numa convergência de pensamento, Drawin (2011, p.12), com base em Michel Wieviorka (1997, p. 4-5), pondera que a violência se transforma historicamente, não somente como fenômeno concreto, mas também em seu significado sociopolítico e nas representações que dela construímos, pois uma ação que poderia nos parecer atualmente como intoleravelmente violenta não seria vista do mesmo modo em outra época.

Assim, a pesquisa que se faz se justifica por estar preocupada com as possíveis consequências dessas representações. Desse modo, de acordo com a proposta da ACD, para que haja uma mudança social, é preciso que haja uma mudança discursiva, logo, torna-se relevante provocar, via discurso, tensões nas estruturas ensejando que as mudanças possam ocorrer paulatinamente.

A produção de novos trabalhos a partir dessa intrínseca afinidade entre gênero e discurso é avaliada pela linguística como “especialmente pertinente nos tempos atuais, onde as questões de gênero, poder e ideologia têm se tornado cada vez mais emaranhadas e sutis” (LAZAR, 2005, p. 1).

As representações, conforme Hall (1997, p. 65), devem ser compreendidas como “parte essencial do processo pelo qual o sentido é produzido e trocado entre os membros de uma cultura”. Além disso, elas “determinam o campo das comunicações possíveis, dos valores ou das ideias presentes nas visões compartilhadas pelos grupos e regem, subsequentemente, as condutas desejáveis ou admitidas” (MOSCOVICI, 1978, p. 51). Desta feita, o ato de representar significa, uma vez e ao mesmo tempo, “trazer presentes as coisas ausentes e apresentar coisas de tal modo que satisfaçam as condições de uma coerência argumentativa, de uma racionalidade e da integridade normativa do grupo” (MOSCOVICI, 2003, p. 216).

Em suma, a representação é um modo de orientar as ações e as relações sociais e, nesse sentido, torna-se pertinente elucidar a forma como o pensamento individual acerca do estupro se interliga na dinâmica social. Nesse viés, o discurso contribui para a construção de identidades sociais, de relações sociais entre as pessoas e de sistemas de conhecimento e crença. Dado isso, a ACD aponta para a relação dialética estabelecida entre a prática discursiva e a estrutura social (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

O que se busca é, a partir da concepção de discurso como forma de prática social, investigar as relações de desigualdade em âmbito cultural e social, que coadunam com as



práticas de estupro, e como essas representações reproduzem ou contestam relações de poder. Compreender o discurso como uso da linguagem, como forma de prática social significa considerá-lo um modo de ação historicamente situado que tanto é constituído socialmente como também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença. Significa, ademais, entendê-lo como “uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Ademais, é necessário evidenciar quais foram os parâmetros e recortes aplicados nessa pesquisa. Neste trabalho, iremos focar o tema do estupro somente em violências incitadas e praticadas contra as mulheres. Não se trata, de maneira alguma, de esconder ou diminuir os casos de estupro sofridos por homens ao longo dos anos, mas de escolher um foco para investigar. Ocorre que, conforme Sousa (2017, p. 9), tratando-se de violência sexual, os dados e as informações são, muitas vezes, distorcidos ou omitidos em favor do agressor. O autor, ainda, aponta que, quando se trata de alguma vítima do sexo masculino, a investigação torna-se ainda mais difícil devido ao sigilo gerado pela vergonha duplamente colocada sobre a vítima. Ressalta-se, aqui, que o objetivo dessa pesquisa não está em escolher quem é mais vítima e quem sofre mais com esse tipo de violência, mas, sim, de investigar e sinalizar alguns dos mecanismos discursivos que a promovem, visto que se trata de um tipo de violência extremamente difundida em todas as culturas. Tem-se, então, como objetivo de pesquisa verificar as representações que são construídas sobre o estupro, analisando quais possibilidades interpretativas elas geram no que tange às relações de poder.

A violência sexual contra a mulher não é um tema dos nossos tempos, pois é resultado de uma construção histórica, o que nos possibilita a busca pela desconstrução do modelo de relações sociais que a legitimou. Logo, essa pesquisa faz parte da agenda de engajamento como prática teórica crítica para a mudança social. A Teoria Social do Discurso, proposta por Fairclough (2001), apresenta uma visão de linguagem e um quadro de análise construídos a partir do conceito de prática social. Essa concepção parte do princípio de que a linguagem não é apenas um modo de representar o mundo, mas também de ação sobre o mundo e sobre o outro.

Com o advento das redes sociais e das mídias digitais, houve uma efervescência de divulgações de denúncias e de depoimentos, principalmente, por parte de mulheres que foram estupradas ou que visualizaram certa urgência no que se refere à formulação de textos que comuniquem por que e como é grave viver grande parte do tempo com o medo e com o perigo de ser potencialmente violada. Desse modo, além de evidenciar a constância dos casos de

assédio e de estupro a mulheres e meninas, a ferramenta digital possibilitou que a voz dos sujeitos que sofreram estupro fosse visibilizada e amplificada.

O surgimento da internet e a sua consolidação nos anos 90 e, posteriormente, a emergência da web 2.0 possibilitou que o ciberespaço se transformasse num espaço múltiplo, rompendo as fronteiras entre público, privado e íntimo. Habermas (1984) já apontava, em seu livro “Mudança estrutural da esfera pública”, que foi lançado em 1962, sobre a mistura entre tais esferas e, numa perspectiva ainda crítica, acreditava que isso poderia levar a uma decadência da vida pública. No entanto, em seus estudos mais recentes, a partir dos anos 80, quando criou a teoria da ação comunicativa, passou a acreditar no potencial democrático da mídia e, posteriormente, da própria internet. Posteriormente, autores como Rousiley Maia e Wilson Gomes (2008) trataram especificamente das possibilidades de se desenvolver embates políticos e democráticos no espaço virtual, mas fazem a ressalva de que o potencial democrático da internet esbarra justamente, no caso do Brasil, na dificuldade imposta pela exclusão digital, já que parte da população não tem acesso às mídias digitais.

Além disso, a democracia não se tornaria mais intensa somente pelo incremento da tecnologia, mas é um processo social, político e cultural. Os conglomerados de mídia continuam expandindo o seu poder, mesmo com a era da web 2.0, como ocorre, por exemplo, com a Globo, que expandiu hoje seus negócios para portal de notícias (Portal G1), canal de streaming (Globoplay) e intensificou as estratégias de narrativa transmidiática, articulando as mídias tradicionais às redes sociais (telejornais e telenovelas são continuamente veiculadas nas redes sociais da Globo).

No entanto, em contraposição às mídias hegemônicas, a internet possibilitou que surgissem mídias alternativas. Afonso de Albuquerque e Eleonora Magalhães (2016) conceituam estes canais de Blogosfera Progressista Ampliada (BPA), que, até 2018, chegaram a mais de 230 blogs e sites vinculados, principalmente, a posturas mais de esquerda e visões contra hegemônicas. Perderam força com a ascensão da extrema direita ligada à vitória de Jair Bolsonaro (PL), mas muitos ainda se mantêm, até pelos baixos custos de um site, de um blog. Nesse sentido, partindo deste debate, a internet pode ser compreendida como um espaço de disputas simbólicas e, em certa medida, um espaço democrático, em que alguns blogs, por vezes, fazem uso deste ciberespaço para a propagação do movimento feminista, empregando em seus discursos pautas decorrentes de experiências sociais intrínsecas à sua história, expressão de opiniões e pensamentos, estabelecendo-se como uma espécie de diário pessoal. Logo, o universo virtual permite o estabelecimento de um espaço de troca e de compartilhamento de experiências e pontos de vista; além da tentativa de conscientização dos

problemas sociais vivenciados e proposições de luta contra os poderes instituídos às minorias. Nesse ínterim, a proximidade entre blogs e leitores é permitida pelas redes sociais e pela frequência ativa de postagens, o que permite a construção de relações que vão além da dimensão tecnológica e estabelecem-se no espaço físico de ação do movimento social. Apesar da relevância das ações restritas ao espaço físico, a plataforma virtual constitui-se, no cenário contemporâneo, como ferramenta primordial de ampliação e difusão das ideologias de um movimento. Os novos movimentos sociais se apropriaram vastamente das tecnologias da comunicação para ampliarem sua voz e sua visibilidade e ainda o fazem. A manifestação feminista foi deslocada, expandida e fragmentada pelas tecnologias da comunicação (LEMOS, 2009, p. 20).

Com base na ACD e nos estudos de gênero, busca-se discutir a respeito do impacto que as representações discursivas têm sobre a forma como as mulheres concebem os crimes de violência sexual, a sexualidade e suas próprias identidades, em depoimentos presentes em um blog de grande repercussão. Desse modo, nosso objetivo geral é investigar a representação do estupro nos depoimentos das mulheres estupradas e, dado isso, pretendemos relacionar as marcas da construção dessas vítimas com as dos discursos circulantes.

Assim, os objetivos específicos são: (i) Identificar as anáforas indiretas utilizadas no processo de referenciação do estupro; (ii) Comparar, com base nas anáforas indiretas identificadas, as avaliações construídas pelos diferentes atores sociais trazidos para dentro dos depoimentos; (iii) Verificar os diferentes discursos envolvidos nesse processo de argumentação e referenciação.

Acreditamos que o conceito de referenciação anafórica apresenta um grande potencial analítico para reconhecer os discursos e as representações sociais que são construídos e manifestados pelos textos. A âncora possibilita que o referente da anáfora indireta seja ativado por meio da mobilização do conhecimento de mundo armazenado na memória dos interlocutores.

Nossa hipótese de pesquisa toma como base a afirmação de Saffioti e Almeida (1995, p.1, grifo nosso), que aponta que “**o inimigo da mulher não é propriamente o homem**, mas a organização social de gênero cotidianamente alimentada não apenas por homens, mas também por mulheres”. É necessário, portanto, levar em consideração a influência dos padrões e da estrutura social na representação e, conseqüentemente, na perpetuação do estupro.

Nesse sentido, buscamos entender como as mulheres representam o estupro, questionando se elas identificam a sub-representação ou se o sistema, construído de maneira tão eficaz, ainda, mantém a naturalização das representações simbólicas, mantendo invisíveis as relações hegemônicas de poder para as próprias mulheres.

Aduzidas tais considerações, esta pesquisa apresenta grande relevância no sentido de auxiliar na compreensão dos processos de reprodução de uma determinada prática social – em especial, a prática do estupro – que se realiza e/ou é naturalizada, muitas vezes, por meio do discurso. A partir disso, surge a necessidade de (re)pensarmos a questão de gênero, a perpetuação das desigualdades sociais e, conseqüentemente, o discurso hegemônico que estará sempre elegendo uma visão de mundo e contribuindo para a reprodução de práticas de estupro que são estabelecidas como fazendo parte da ordem natural das coisas. O reconhecimento de outras formas de observar e significar o mundo nos leva a repensar tais práticas e os fatores pelos quais elas são reproduzidas.

A temática do estupro e a situação das vítimas estupradas têm sido pesquisadas e publicadas em torno de algumas perspectivas, sendo elas: o tratamento da vítima de estupro, a modificação das leis sobre estupro e outros crimes sexuais, o tratamento jurídico-penal do estupro, o estupro sistemático de mulheres em circunstâncias de guerra e as representações midiáticas sobre as vítimas de estupro (ADLER, 1987; ARAÚJO, 2003; MOLINA, 2008; PERES, 2011; MACHADO, 2017). É salutar ressaltar que as pesquisas na área da Linguística, ainda, são poucas, principalmente, se nos concentrarmos naquelas que utilizam como instrumento teórico-metodológico a Análise Crítica do Discurso. Primeiramente, ao fazer a filtragem do termo “estupro” no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, tivemos como resultado 374 pesquisas, incluindo todas as áreas de conhecimento. Posteriormente, efetuando a mesma filtragem do termo “estupro”, porém, na área de conhecimento da Linguística, verificamos a presença de, apenas, 5 trabalhos. Esses dados demonstram a incipiência de trabalhos com essa temática na área dos estudos da linguagem, o que atesta a importância desta proposta.

Desse modo, pode-se perceber, por meio de trabalhos que tratam do tema, que o mesmo é pertinente e atual, e, ao mesmo tempo, que não está esgotado (se é que haveria essa possibilidade de algum dia o ser), e que é preciso que seja trazido cada vez mais à cena de debate e reflexão (REBELO, 2019, p.144). Isso porque, conforme Souza e Adesse (2005),

Os estudos e as políticas públicas voltadas para a violência sexual são recentes e escassos. Esta lacuna é significativa, tanto no contexto da mobilização nacional contra a violência doméstica, como no que se sabe sobre iniciativas voltadas para a questão e a produção de conhecimento no país – sobretudo se comparada à produção no exterior. Isto revela uma dificuldade inicial de se trabalhar com as dimensões mais problemáticas da sexualidade, possivelmente em função da nossa cultura e socialização sexual (SOUZA; ADESSE, 2005, p. 19).

Esses apontamentos se colocam como necessidades para o desenvolvimento teórico dessas questões, e, em função disso, sinalizam o caráter inovador, necessário e exequível da proposta.

## CAPÍTULO I: CULTURA DO ESTUPRO: UM TEMA E QUATRO VIESES

### 1.1 Cultura do Estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres

A seguir, serão discutidos alguns conceitos fundamentais para as nossas análises e para as reflexões teóricas acerca da representação do estupro no material a ser analisado.

#### 1.1.1 Gênero

A socióloga Heleieth Saffioti (2004, p. 45) define gênero, de maneira sucinta, como “a construção social do masculino e do feminino”. Ademais, a autora afirma que a elaboração social do sexo deve ser ressaltada, sem, contudo, “gerar a dicotomia sexo e gênero, um situado na biologia, na natureza, outro, na sociedade, na cultura” (SAFFIOTI, 2004, p. 108). Percebe-se aqui a presença de uma distinção entre as duas categorias: o sexo apresentando uma orientação genética, que seria corporalmente identificável, ao passo que o gênero seria socialmente construído. Logo, “o gênero remeteria às relações desiguais de poder que resultariam na construção do papel social do homem e da mulher por meio das diferenças sexuais” (CABRAL; DIAZ, p. 142, 1998).

Scott (1995, p. 86) afirma que o “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Desse modo, percebe-se que a caracterização do que é ser mulher ou ser homem vai além dos limites do corpo, pois trata-se de definições políticas, sociais e culturais.

A sociedade, costumeiramente, atribui valor às características masculinas e femininas, divide os papéis sociais de homens e mulheres e produz uma relação de poder entre os gêneros, em que os homens têm poder sobre as mulheres. As relações de gênero são produto de um processo pedagógico que se inicia no nascimento e continua ao longo de toda a vida, reforçando a desigualdade existente entre homens e mulheres, principalmente em torno a quatro eixos: a sexualidade, a reprodução, a divisão sexual do trabalho e o âmbito público/cidadania. (CABRAL; DIAZ, p. 142, 1998).

Essa relação de poder vai ao encontro do que se propõe como patriarcado. O patriarcado, como o próprio nome indica, “é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (SAFFIOTI, 2004, p. 44). Esse regime teve seu surgimento na Grécia Antiga e a palavra *pater*, do grego pai, remete a uma estrutura social em que o homem, mais precisamente o pai da família, tem a supremacia nas decisões sociais. O início desse

movimento se deu durante a expansão dos povos hebreus. Na busca por uma identidade social própria que unisse os cidadãos que tinham os mesmos princípios, o patriarcado surgiu para caracterizar uma sociedade judaica. Isso se deu, principalmente, pelo fato de que nem todos os povos eram pautados na mesma estrutura hierárquica. Por meio da “Aliança entre Abraão e Javé, funda-se mais um povo que estaria ligado eternamente, pois acredita-se na perpetuação ou eternidade da Aliança que passaria de geração a geração. Logo, Abraão seria o patriarca legítimo deste povo” (ORNELAS, 2006, p. 43).

Conforme Fucio (1992, p. 28), o patriarcado é um sistema que se origina na família dominada pelo pai e é “um termo utilizado de distintas maneiras para definir a ideologia e estruturas institucionais que mantêm a opressão das mulheres”. Segundo a autora (1992, p. 28), “o sistema patriarcal orienta-se pela promoção do consenso em torno de uma ordem social, econômica, cultural, religiosa e política que determina que o grupo, classe ou casta composto por mulheres sempre esteja subordinado ao grupo, casta ou classe composto por homens.”. Ademais, na antiguidade em geral, o patriarca exercia o *pater familias*, que era um poder soberano sobre os demais membros da família. O “pai de família” era “proprietário de todos os bens: esposa, filhos, escravos, animais, edifícios, terras” (MATOS; NOGUEIRA, 2016, p. 48).

É importante ressaltar que, em algumas regiões, as sociedades se baseavam no matriarcado, tendo como referência a deusa-mãe. Porém, assim como o feminismo não é o oposto do machismo, o matriarcado não é o oposto do patriarcado. No matriarcado, tem-se a mulher como sendo a origem da vida, pois esta tem a capacidade de gerar um novo ser. Desse modo, por serem dotadas do importante papel de dar origem à vida, as mulheres detinham o mesmo poder que os homens.

Já o patriarcado faz referência à supremacia da opinião dos homens diante de todos os aspectos da sociedade. Isso se estende não somente às decisões políticas, mas, também, na definição do que pode ou não ser feito com o corpo alheio. O patriarcado se fortaleceu mais ainda a partir do código de Hamurabi<sup>1</sup>, datado de 1754 a. C., e da instituição da Lei Judaica<sup>2</sup> pouco depois. Foi a partir desse período que surgiram as regras que determinavam o uso de véus por mulheres que ocupassem o espaço público no Oriente Médio. Na China, as mulheres

---

<sup>1</sup> Baseado nas Leis de Talião (“Olho por olho, dente por dente”), o Código de Hamurabi é um conjunto de leis para controlar e organizar a sociedade. Antes disso, as leis que regulamentavam os direitos e deveres dos babilônicos eram transmitidas de boca em boca.

<sup>2</sup> A Lei Judaica é formada pelo Pentateuco no qual estão inseridos os cinco livros de Moisés: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio. Nele contém as normas legais, morais e as regras do culto judaico.

tinham os ossos dos pés quebrados e enfaixados para que eles não crescessem muito. Dessa forma, a sua inferioridade a respeito do papel dos homens na sociedade era explícita.

É necessário salientar que o patriarcado apresenta um marco inicial, o que significa que este não é inerente à sociedade e que, desse modo, pode sofrer mudanças, ao longo do tempo. Assim como os demais fenômenos sociais, o patriarcado também está em permanente transformação. Se, “na Roma antiga, o patriarca detinha poder de vida e morte sobre sua esposa e seus filhos” (MATOS; NOGUEIRA, 2016, p. 48), hoje tal poder não mais existe, pelo menos, no plano jurídico. Dado isso, é importante ressaltar a presença do patriarcado para certo momento histórico, mas, levando-se em consideração a sociedade atual, é necessário tratar a respeito dos estudos de gênero, pois estes fazem uma releitura transformativa do patriarcado.

Passamos por grandes mudanças sociais nas últimas décadas com as mulheres adquirindo direitos, conquistando cada vez mais seu espaço. Dentre os direitos conquistados, pode-se citar como exemplo: a conquista do voto feminino, a criação da pílula anticoncepcional, a sanção da Lei do Divórcio, a criação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, a Criação da Lei Maria da Penha e a aprovação da Lei do Femicídio. Porém, o sistema patriarcal ainda está muito presente em nossa cultura, desvalorizando a mulher e contribuindo com a manutenção da violência e das relações assimétricas de poder. Em um sentido amplo, pode-se afirmar que “sempre que as mulheres - individual ou coletivamente - criticaram o destino injusto e muitas vezes amargo que o patriarcado lhes impôs e reivindicaram seus direitos por uma vida mais justa estamos diante de uma ação feminista” (GARCIA, 2011, p. 13).

Dessa maneira, ressaltamos a importância do feminismo como o movimento político, social e ideológico que busca a desconstrução do machismo e do patriarcalismo para que os papéis sociais desempenhados pelos indivíduos não sejam determinados como superiores ou inferiores de acordo com o seu gênero. Enquanto o machismo mantém as condições de desigualdades e promove as violências, o feminismo propõe a emancipação das mulheres buscando a garantia de direitos, dignidade e igualdade material, independentemente do gênero. (ALVES; PITANGUY, 1985). É importante salientar que o feminismo não é um bloco monolítico ou homogêneo, pois assume diversas facetas e traz um universo complexo de análise. A título de exemplos, há o feminismo negro, o feminismo interseccional, o feminismo indígena, o feminismo radical, o feminismo liberal, o feminismo marxista, o feminismo anarquista (anarcofeminismo), o transfeminismo, entre outras vertentes do feminismo. Mas,



em geral, o feminismo não é o contrário de machismo, pois defende a igualdade de gênero, e não a ocupação do lugar de opressão por parte das mulheres (SANTOS, 2019).

Quanto às ondas do Movimento Feminista, surgem no século XVIII e ganham uma nova dimensão com as redes sociais a partir de uma horizontalização do movimento. “O feminismo normalmente é estudado e compreendido em três ondas” (NATALINO, 2021, p.16). O primeiro manifesto feminista surgiu na França, no contexto da Revolução Francesa, com a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, a primeira onda vai até meados da década de 1930, e o seu marco é a conquista do voto feminino em vários lugares do mundo ocidental. A segunda onda é marcada pela discussão dos contraceptivos nos anos 1960 e pela ligação do feminismo às outras mobilizações sociais da época. Natalino (2021, p.16) aponta que a segunda onda do movimento feminista tem três fases. A primeira, segundo a autora, é definida pela redistribuição daquilo que o feminismo defende e nasceu dos movimentos sociais dos anos 60. A segunda fase tem origem no fim do século XX, vinculado ao reconhecimento da política de identidade e ressalta o valor da diferença entre gêneros. Na terceira fase do feminismo, que é mais atual e se desenvolvia na 1ª década do século XXI, ocorre a sua inserção em outros países e se junta a outros movimentos sociais que buscam uma política integrada e com equilíbrio sobre a redistribuição, o reconhecimento e a representação.

Ao tratarmos da terceira onda, a partir do final do século XX e início do século XXI, não se tem consenso conceitual, mas é fato que as mulheres intensificaram a luta pelos seus direitos, tendo conquistas asseguradas por lei. A causa feminista é tratada de forma mais complexa e global. Pontos que diferenciam as mulheres entre si, como raça, classe, sexualidade, nacionalidade, formaram o chamado feminismo interseccional. A partir de 2019, como um conceito em construção, tem-se a quarta onda do movimento feminista, que alcançou as redes sociais. Gerou mudanças nas organizações e protestos, principalmente como ativismo digital. É necessário enfatizar que o movimento feminista reconhece o papel da mídia na reprodução de estereótipos de gênero. Assim, a crítica ao modo como as mulheres eram representadas nos meios de comunicação, em especial na segunda metade do século XX, acompanhou o processo organizativo do movimento (NATALINO, 2021).

Ao abordar a importância da criação ou reapropriação da mídia, Leila Barsted aponta que na década de 1970 novos espaços foram surgindo para amplificar a voz das mulheres, a partir de meios variados: revistas, boletins, jornais alternativos, luta por espaço dentro da grande imprensa, do rádio, da televisão e do cinema. Para ela, “os veículos de comunicação se apresentam inseridos numa estratégia de educação do movimento feminista, de recriação da

identidade social da mulher e de resgate de nossa história” (WOITOWICZ; PEDRO, 2010, p. 1 *apud* BARSTED 1983, p. 16).

Ao considerarmos a atual condição da mulher brasileira, identificamos as disparidades que podem ocorrer quando consideramos a raça dentro da categoria gênero. Para Patricia Hill Collins (1990), uma das principais autoras do feminismo negro, é preciso refletir sobre a “intersecção” das desigualdades, em que uma mesma pessoa pode se encontrar em diferentes posições quando levamos em conta suas características (gênero, raça, classe, geração).

Judith Butler (2003, p. 59), uma importante estudiosa que trata a respeito das questões de gênero, define gênero como sendo a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. Trata-se, portanto, de um regime de poder, que defende a existência de certas identidades ao preço da exclusão de outras. Nesse caso, tem-se o reconhecimento da dicotomia “homem” e “mulher”. Assim sendo, se as pessoas precisam ser reconhecidas como homens ou mulheres para “ter” uma identidade de gênero, a própria identidade passa a ser produção discursiva, um efeito do discurso. Nesse sentido, o sujeito seria um efeito do que ele expressa. Portanto, essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados (BUTLER, 2003, p. 48). Logo, ao desenvolver a noção de gênero como atoperformativo, Butler (2003) coloca a concepção de identidade como sendo efeito desses atos executados repetidamente.

A partir dessas novas concepções de identidade, o sujeito “mulher” é deslocado para um não-lugar onde ele não tem uma definição precisa, no sentido de que é constituído na medida em que age, atua e luta contra as imposições sociais. O não-lugar do sujeito do feminismo não o livra de ser engendrado pelos mecanismos de poder, mas permite que “ele” tenha maior liberdade de movimentos e maior potencial de resistência contra aquilo que ao tentar defini-lo e que o imobiliza (FIRMINO E PORCHAT, 2017).

Para se compreender as identidades na era moderna ou como alguns chamam de pós moderna, é importante entender como se estabelecem as noções de público, privado e íntimo. Isso é crucial para entendermos tanto a identidade feminina como os lugares que historicamente têm sido atribuídos à mulher, como forma de dominação. Habermas (1984) discute, em “Mudança estrutural da esfera pública”, como esta dicotomia público e privado foi se alterando ao longo dos séculos. Na Grécia Antiga, segundo Habermas, havia uma distinção clara entre público e privado. O público era reservado à pólis, ao debate público, marcado pela emancipação dos sujeitos. Entenda-se que, mesmo com todos os argumentos

que tratam a pólis como uma grande vitalidade do espaço público, deve-se apontar o seu caráter excludente. Somente homens em condições sociais privilegiadas podiam participar. Era proibido aos demais e, neste caso, às mulheres, a participação na vida pública, apontando para uma sociedade machista. Na Idade Média, público e privado se unificam na figura dos senhores feudais, que passam a ter não somente o domínio sobre os feudos, como também sobre a vida pública. Novamente, o espaço da mulher é de forte repressão. Percebe-se que, seja na dicotomia ou na junção destes espaços, historicamente, as mulheres foram alvos de uma série de violências. A partir da idade moderna, há uma disputa entre aristocracia e a burguesia emergente pelo domínio do espaço público. Habermas (1984) explica que os burgueses lutavam pela não intervenção estatal e uma separação entre as esferas públicas e privada. No entanto, após a Revolução Francesa e com as revoluções industriais, a burguesia toma o poder. Nesse momento há a mudança estrutural da esfera pública. Já no poder, as elites dominantes burguesas começaram a invadir os espaços públicos, permeados por interesses privados. Ocorre o que Habermas chama de perversão dos princípios desta classe: há uma privatização do público e uma publicação do privado e do íntimo, levando a uma decadência da esfera pública.

No caso das mulheres, mesmo com mudanças, a desigualdade de gênero tem sido historicamente uma forma de controle e violência simbólica. Nesse sentido, Miguel e Biroli (2014) afirmam que investigar as relações público e privado é um modo de questionar a “naturalização” da relação espaço e gênero (masculino e espaço público; feminino e espaço privado), bem como, uma forma de desvelar a história não contada da construção desses espaços e sua relação com os direitos individuais. Miguel e Biroli (2014) explicam que a modernidade aponta para uma esfera pública baseada nos princípios da razão e impessoalidade, princípios universais, tendo em vista que o espaço privado seria de caráter íntimo e pessoal. No entanto, associam tal distinção a uma questão de gêneros, já que, para as mulheres, são atribuídos os papéis ligados aos afazeres da casa e aos cuidados com os familiares, papéis esses que reforçam a ideia de “domesticidade feminina”, tida, em uma sociedade ainda permeada pela dominação masculina, como “traço natural” ligado ao gênero. Tal visão é a base das diferenças entre os gêneros capaz de organizar de modo hierarquizado os mesmos. Habermas (1984) explica que a esfera pública é o espaço em que são estabelecidas as discussões entre os iguais, partindo da concepção da Grécia Antiga. Mas, como vimos, na pólis já havia uma exclusão das mulheres e de grupos que não detinham capital econômico. Dessa forma, se for analisada a presença da mulher, assim como de outros grupos minorizados, neste espaço, percebe-se como essas relações são ainda assimétricas,

como refletem o que ocorre no mundo privado, em que as relações também são de permeadas por dominação.

Miguel e Biroli (2014) afirmam que os movimentos feministas demonstram que é impossível dissociar a esfera política e social, pública e privada, quando se tem como finalidade desenvolver uma sociedade justa e democrática para ambos os gêneros. Ademais, as discussões sobre as relações na vida privada podem se constituir como barreiras para as mulheres ingressarem na vida pública, como no mundo do trabalho e na vida política. Assim, torna-se necessário redefinir as esferas e as relações estabelecidas entre elas de modo que não sirvam à hierarquização dos sujeitos com base no gênero. As barreiras para o exercício do trabalho remunerado fora da esfera doméstica, especialmente para o acesso às posições de maior autoridade, maior prestígio e maiores vencimentos, estão associadas ao tempo que a mulher despense no trabalho, não remunerado, na esfera doméstica. Por outro lado, é esse trabalho feminino que permite que o homem seja liberado para atender a exigências profissionais que lhe permitem maior remuneração e a construção de uma carreira, assim como para usufruir o tempo livre – livre da rotina profissional, mas também das exigências da vida doméstica (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 35).

### 1.1.2 Identidade

Tem-se, ainda, outro conceito importante que é o de identidades e como elas são construídas historicamente e a partir das relações de dominação no contexto social, como ocorre nas diferenças de gênero, numa sociedade patriarcal (CASTELLS, 1999). Estas diferenças surgem ainda na socialização primária, se formos tomar como referência o trabalho de Berger e Luckmann (1985). Quando os “outros significativos” têm um papel fundamental, as figuras do pai e da mãe, tanto no ambiente familiar, e depois na escola, tendem a reproduzir modelos de dominação masculina. A inserção da mulher na socialização secundária é marcada pela desigualdade de gênero. Durante séculos, foi imposto à mulher o lugar do lar, do espaço privado, e o estigma de que as mulheres deveriam se limitar aos cuidados da casa e dos filhos. Segundo Berger e Luckmann (1985), a socialização possibilita a internalização e naturalização dos conhecimentos por meio da linguagem. Por meio dela é que a pessoa se torna quem se é e é inserido socialmente; ou seja, o homem não nasce membro da sociedade, mas vai sendo inserido nela à medida que aprende suas regras, valores, comportamentos e passa a reconhecer seu lugar no mundo. Assim, a sociabilidade também participa da construção do que o mesmo considera como real.

Berger e Luckmann (2007) discutem como a ordem social é um produto humano, não sendo dado biologicamente. Entende-se que as diferenças de gênero são construções sociais, marcadas pela violência simbólica, conforme pontua Bourdieu (2002). Lúcia Avelar (1989) *apud* Santos (2021) explica que, no processo de socialização, existe a hierarquização de valores que estão dispostos em um sistema de prioridades, os quais variam de acordo com a situação e com o gênero do indivíduo, capazes de oferecer componentes decisivos na formação da personalidade. Para os meninos são repassados em maior proporção valores como independência, autorrealização e importância do desempenho. Em contrapartida, para as mulheres são repassados com maior ênfase valores como a obediência, a dependência e a importância do comportamento maternal. Esses valores, destinados a cada gênero, aparecem como “naturais” e, muitas vezes, são qualificados como expressão de forças biológicas e psíquicas, apagando-se seu caráter social. Nesse sentido, a autora explicita que a participação política se mostra mais condizente com a socialização oferecida aos homens do que aos valores repassados às mulheres, uma vez que os valores inerentes aos papéis sociais masculinos estão mais voltados para as atividades de realização e desempenho (SANTOS, 2021, p.50).

Nesse sentido, Naomi Wolf (2019) *apud* Santos (2021) explica uma criança em processo de socialização na cultura ocidental. A autora afirma que o homem arrisca tudo pela audácia intelectual, pelo progresso e pelo bem comum. No entanto, no caso da mulher, “a menina aprende que a mulher mais linda do mundo foi criada pelo homem, e que a audácia intelectual dela trouxe aos homens a primeira doença e a morte. O mito torna a menina que lê cética no que diz respeito à coerência moral das histórias de sua cultura” (WOLF, 2019, p. 95 *apud* SANTOS, 2021, p.51). A partir de tais processos na socialização primária e secundária, a pessoa constrói o seu mundo e a sua identidade.

Para Stuart Hall (2006), a era moderna é marcada pela emergência de novas identidades, fragmentando um sujeito antes considerado unificado (HALL, 2006). Para Stuart Hall (2006), a modernidade trouxe uma espécie de “crise de identidade”, com abalo dos fatores que conferiam referencial e ancoravam o sujeito no mundo social. Ele cria alguns tipos ideais de identidade. Segundo Stuart Hall (2006), há uma transição do Sujeito Iluminista, unificado, racional, possuidor de um único núcleo interior do nascer ao morrer; para o Sujeito Sociológico, capaz de refletir as complexidades do mundo moderno em si próprio, sendo uma forma interativa do eu, na qual a identidade passa a se constituir através das interações interpessoais, em que essa mesma identidade é capaz de costurar o sujeito à sociedade em que

se insere. Por fim, tem-se o Sujeito Pós-Moderno, considerado fragmentado, formado de diversas identidades, sendo elas contraditórias e até conflitantes entre si.

Manuel Castells (1999), compreende a identidade como sendo fonte de significado e experiência de um povo. Logo, são nomes, idiomas, culturas que representam a distinção entre o eu e o outro. Essas características de distinção, representam fontes de significados definidas pelos próprios atores, confirmando que não nascemos com uma identidade, mas sim o fato da identidade ser uma construção social. Castells (1999) diferencia, ainda, a identidade em três tipos: Identidade Legitimadora; Identidade de resistência e Identidade de projeto. A Identidade Legitimadora refere-se a uma posição de dominação das instituições sob os atores sociais, visando a manutenção do status quo. No caso das mulheres, evidencia-se o modelo forjado pela sociedade patriarcal. A segunda identidade é a de resistência, criada pelos próprios atores sociais em posição marginalizada e/ou sob a lógica da dominação, em que, mesmo sob a dominação, as mulheres buscam formas de resistir. Por fim, tem-se a Identidade de Projeto, em que os atores constroem uma nova identidade, sendo capazes de alterar sua posição social e – quem sabe – toda a estrutura vigente. Essas identidades podem se alternar ao longo da vida do sujeito e estabelecer, inclusive, relações conflitantes. Há uma mescla destes tipos ideais, tendo em vista que ao mesmo tempo que temos uma sociedade, como é o Brasil, com altas taxas de feminicídio, com uma baixa representatividade das mulheres na política, têm-se alguns movimentos de vanguarda em que as mulheres têm assumido o protagonismo. Encontramos na definição da Identidade legitimadora uma referência importante à compreensão do que estamos analisando, já que o problema em análise é consequência de uma definição institucionalizada sobre a identidade da mulher vítima de estupro e, também, foi elaborada na forma de um saber.

Bourdieu (2002) afirma que a identidade deve ser pensada como sistemas simbólicos que reproduzem relações entre dominantes e dominados, perpetuando estigmas. Esta visão androcêntrica do mundo considera o masculino como universal até em sua linguagem, como sendo poderosa e acima de qualquer justificativa. Segundo o autor, esta visão busca dividir os papéis sociais de acordo com o gênero, reforçando a desigualdade e atravessando a vida das mulheres em diversas esferas, fazendo com que as mesmas sejam interrompidas de usufruir dos mesmos direitos e mesmos espaços que os homens. A dominação masculina, portanto, apresenta-se também nos sistemas simbólicos, sendo considerada como natural e estabelecendo as bases para a hierarquização nas relações de gênero (BOURDIEU, 2002). A visão androcêntrica é assim continuamente legitimada pelas próprias práticas que ela determina: pelo fato de suas disposições resultarem da incorporação do preconceito

desfavorável contra o feminino, instituído na ordem das coisas, as mulheres não podem senão confirmar seguidamente tal preconceito (BOURDIEU, 2002).

Nessa linha de análise, Ana Colling (2004) *apud* Santos (2021) argumenta que ser homem ou ser mulher é uma construção simbólica, baseada na dominante diferença entre os gêneros, na dicotomia entre público e privado, e pelos mecanismos de silenciamento, dominação, opressão e exploração ao qual as mulheres são submetidas, desde os séculos passados. Assim, para a autora, é importante tratar sobre “gênero”, não em “sexo”, uma vez que, “falar em gênero em vez de falar em sexo indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção, de uma engenharia social e política” (COLLING, 2004, p. 29 *apud* SANTOS, 2021, p. 53).

### 1.1.3 Feminismo e ativismo digital

Mesmo com os avanços que as mulheres alcançaram desde a década de 70 do século XX, a sociedade patriarcal ainda é hegemônica, e o machismo e a misoginia se fazem presentes em várias instâncias sociais e no cotidiano das pessoas, revelando que ainda há muito a ser conquistado. Os dados sobre feminicídio são assustadores. Conforme reportagem do *Portal G1*, um levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostra que mais de 100 mil meninas e mulheres sofreram violência sexual entre março de 2020 e dezembro de 2021, no período da pandemia.<sup>3</sup>

Na política, em 2018, o Brasil elegeu apenas 77 das 513 vagas de parlamentares para o Congresso Nacional, o que representa apenas 15% do total, mesmo sendo as mulheres mais de 50% das eleitoras. Em 2020, foi eleita apenas uma prefeita das 27 capitais brasileiras – a de Palmas, Cíntia Ribeiro (PSDB). A única mulher a chegar à presidência, Dilma Rousseff (PT), sofreu um processo de impeachment, em 2016, que é reconhecidamente justificado por sua “falta de habilidade política” para lidar com políticos e ter agravado uma crise institucional no país. Isso, além de não fundamentar um processo jurídico para o impeachment, reforça o forte caráter misógino dos ataques sofridos pela ex-presidenta. Em 14 de março de 2018, a então vereadora Marielle Franco (PSOL) foi assassinada brutalmente a tiros no centro do Rio de Janeiro. Defensora dos direitos humanos, mulher, negra e lésbica,

---

<sup>3</sup> DA REDAÇÃO. Brasil teve um estupro a cada 10 minutos e um feminicídio a cada 7 horas em 2021. Levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostra que mais de 100. Portal G1. Distrito Federal, 07 de março de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/dia-das-mulheres/noticia/2022/03/07/brasil-teve-um-estupro-a-cada-10-minutos-e-um-femicidio-a-cada-7-horas-em-2021.ghtml>. Acesso em: 4 de maio de 2022.

bateu de frente com o crime organizado e as milícias e o universo masculino. Até hoje, o crime não foi solucionado.

As eleições de 2022 não trouxeram dados animadores, já que a situação da baixa representatividade feminina se mantém. Além disso, a onda bolsonarista de extrema direita revelou que tem força suficiente e garantiu maioria no Congresso (a bancada do PL elegeu 99 deputados federais, sendo 17 deputadas) e no Senado (elegeu duas ex-ministras – Damares Alves e Tereza Cristina). Na Câmara dos Deputados, em 2023, o número de mulheres parlamentares subiu de 77 para 91 (15% para 17,7%), mas somente 33% vinculadas a partidos de centro-esquerda. No caso do Senado, serão 14 das 81 integrantes (17,3%), mas com nomes bastante conservadores, como Damares Alves.

Neste contexto de polarização em que, apesar das lutas feministas se fazerem atuantes no Brasil, mas diante de uma crescente onda conservadora, é que se faz necessário o debate sobre feminismo, gênero, violência e mídia, sobretudo a partir do surgimento dos blogs.

Os blogs surgiram em agosto de 1999 com a utilização do software Blogger, da empresa do norte-americano Evan Williams e se tratava de mais uma alternativa para publicação massiva de textos on-line, uma vez que a ferramenta dispensava o conhecimento especializado em computação. Além disso, a ferramenta abarca a interação de múltiplas semioses, a exemplo de textos escritos, de imagens (fotos, desenhos, animações) e de som (músicas, principalmente). O site do estadunidense Dan Gillmor, criado em 1999, pode ser considerado um dos primeiros casos de blog alimentado por um jornalista na web (ORIHUELA, 2006). Em seu espaço on-line, Gillmor (2004) postava sua coluna sobre tecnologia, também publicada no jornal San José Mercury News, um jornal do Vale do Silício.

Nesse contexto, temos o ciberespaço, que é um espaço existente no mundo de comunicação em que não é necessária a presença física do homem para constituir a comunicação como fonte de relacionamento. Como afirma Lévy (1999, p. 17), o ciberespaço é “o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores”. Contudo existe uma diferença fundamental a ser considerada: “As grandes tecnologias digitais surgiram como a infraestrutura do ciberespaço, novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transação, mas também novo mercado de informação e do conhecimento” (LÉVY, 1999, p. 32). A título de exemplo, têm-se os blogs de caráter feminista, uma vez que estes valorizam o subjetivo e disseminam saberes a partir de um posicionamento prévio. Os ideais feministas presentes nesses blogs encontram na web um suporte de mídia necessário e os autores têm a possibilidade de escrever da forma que



acharem mais apropriada sobre cada assunto que abordam em seus espaços, liberdade essa que corrobora com os valores praticados pelo feminismo.

Woitowicz e Pedro (2010, p. 1) apontam, no artigo intitulado “Feminismo e ativismo midiático, o feminismo como estratégia de ação política”, que a história do feminismo tem relação com a história da mídia alternativa, uma vez que as mulheres, desde cedo, perceberam a necessidade de se fazerem ouvir, apostando em um discurso de contra-informação, que assumiu, em alguns momentos, o duplo papel de denunciar e de mobilizar as mulheres na defesa dos seus direitos e na conquista da cidadania.

Além disso, percebe-se que inúmeros grupos que compõem o movimento feminista contam com veículos de comunicação, nos mais diversos formatos e suportes (impresso, sonoro, audiovisual, on-line), “que atuam em uma lógica de contra-informação, promovendo o debate e apresentando as reivindicações das mulheres” (WOITOWICZ; PEDRO, 2010, p. 1). Atualmente, a ideia de mídia alternativa não contempla apenas o aspecto de oposição política, mas também outras expressões – por vezes menos ‘combativas’ – de diferentes grupos sociais que buscam manifestar ideias, projetos e lutas por meio da comunicação (PERUZZO, 2004 *apud* WOITOWICZ; PEDRO, 2010, p. 1). Desse modo, o alternativo teria o papel de gerar mensagens com concepções diferentes ou opostas às difundidas pelos meios dominantes ou hegemônicos. E, mais do que isso, tais produções alternativas reforçam a liberdade de expressão das minorias sociais e do direito de comunicar como parte das lutas pela cidadania. Assim, para além de uma lógica meramente instrumental, a mídia ocupa um lugar central na resistência às múltiplas formas de opressão.

#### 1.1.4 Cultura do Estupro

A violência sexual contra a mulher, em especial o estupro, é “um conceito polissêmico, complexo e multicausal” (MINAYO, 1997). Nesse sentido, há inúmeros discursos e sentidos que estão envolvidos nessa temática. Logo, esta não possui uma única causada sua existência, mas inclui vários fatores que contribuem para sua ocorrência, constituindo-se, desse modo, em uma questão complexa. Sendo assim, é necessário compreendê-la de forma aprofundada, crítica e problematizada, a fim de evitar o risco de, simplificando, colaborar com a sua normalização e perpetuação.

Apesar da importância dessa temática, “o estupro tem sido varrido para o lado – pelos homens – como um evento marginal, uma catástrofe particular [...]” (PORTER, 1992, p.

207). Desse modo, além de o estupro ter sido, correntemente, dado como uma condição individual, a história do estupro tem sido, durante muito tempo, encoberta.

A vergonha, o sentimento de culpa ou o medo de serem julgadas por terem sido violadas sexualmente são fatores que se relacionam diretamente com o número alarmante de casos de estupro que não são denunciados. Contudo, é importante perceber que tais fatores apenas fazem parte da ponta do *iceberg*, pois a questão principal é investigar, no âmago dessa problemática, quais representações sociais auxiliam na representação do estupro.

Partindo-se de um ponto de vista histórico a respeito da representação do estupro em diversas culturas, a relutância em admitir a realidade do estupro, e mesmo em mencioná-lo é um fenômeno relativamente recente. Essa afirmação é embasada na incidência do estupro no berço da civilização, na Grécia e na Roma antigas, por meio das narrativas, pinturas ou outros tipos de representações do estupro que constituem um gesto evidente de glorificação ou aprovação do ato (TOMASELLI, 1992, p. 18). Além disso, ao refletir a respeito das deploráveis condições das mulheres naqueles tempos e lugares, Tomaselli (1992, p. 19) aponta que “o estupro representou um papel crucial nos relatos e explicações sobre a ascensão e a queda das cidades, das causas de guerras e revoluções.”

Ao mencionar algumas obras que tratam a respeito da temática do estupro em nosso passado simbólico e mitológico ou clássico, Tomaselli (1992, p. 19) aborda uma citação de Maquiavel (1950), em um capítulo intitulado “Como as mulheres causaram a queda dos Estados”, na qual o autor aponta que:

Em primeiro lugar vemos como as mulheres foram causa de grandes problemas, como causaram grande dano aos que governavam cidades, e como provocaram muitas divisões (...). Entre as causas primárias da queda dos tiranos, Aristóteles coloca as injúrias que fizeram às mulheres, seja pelo rapto, violação ou quebra de casamentos (MAQUIAVEL, 1950 *apud* TOMASELLI, 1992, p. 19).

Infere-se, por meio dessa citação, que os homens almejaram prevenir o estupro apenas em função da “necessidade de proteger a propriedade – a castidade de suas esposas, a virgindade de suas filhas – reprimir disputas ou reduzir a violência” (TOMASELLI, 1992, p. 20). Podemos encontrar resquícios desse modo de pensar na expressão “mulher honesta”, que, até 2005, fazia parte do Código Penal Brasileiro. A exigência da honestidade impunha tratamento de natureza discriminatória, pois, com base nesse raciocínio, a punição não estaria restrita ao crime e ao estuprador, como deveria ocorrer, mas havia a presença de uma relativização com base no juízo de valor que se fazia da vítima. Desse modo, torna-se relevante avaliar os discursos objetivando mensurar até que ponto eles perpetuam ou não relações assimétricas de poder e de dominação. A problemática do estupro é cultural e a

forma como a sociedade se posiciona em relação ao problema é o que permite a naturalização desse tipo de violência, o silenciamento das vítimas e a responsabilização destas pelo(s) abuso(s) que sofreram. Logo, é preciso levar em consideração a influência dos padrões sociais na representação do estupro, pois abordá-lo como simples consequência de uma insatisfatória condição torna impossível a sua resolução.

Dando um salto no tempo, mais precisamente, partindo-se para o século XIX, “a figura do estuprador passa a ser associada à degeneração e à anomalia. Dada a influência do positivismo, passou-se a acreditar em um criminoso nato, com perfil típico para o delito” (FREITAS, 2018, p. 34). Com vistas a desmistificar essa construção imagética genérica e caricatural destes sujeitos, como se todos eles fossem ensandecidos maníacos sexuais, com algum tipo de distúrbio mental, claramente perceptível por qualquer pessoa, começaremos a tratar a respeito do perfil criminológico do estuprador.

Considerando o *modus operandi* (forma de atuação), a assinatura (o que faz de diferente dos demais) e a vitimologia (quem é alvo), a Criminologia trabalha com cinco perfis de estupradores, sendo eles: romântico, vingador, dominador, sádico e oportunista. Assim sendo, Casoy (2020)<sup>4</sup>, criminóloga, especialista em psicologia e em perfis criminosos, apedido do blog “Correio”, explica as características de cada um desses perfis.

O chamado estuprador “romântico” usa o mínimo de força possível para dominar a vítima e, no pensamento desse agressor, o ato foi consentido. Além disso, ele tem como características principais a agressividade; a baixa autoestima; não faz o tipo atlético; normalmente, é calmo, quieto, solteiro e visto como alguém de confiança. O que este estuprador procura com o crime é elevar a autoestima, já que, “o ato sexual faz com ele se sinta mais importante” (CASOY, 2020, s/p).

O estuprador “vingador” faz referência àqueles homens que gostam de causar dor e de machucar a vítima. Trata-se de alguém que sofreu ou imagina que tenha sofrido alguma injustiça. Para estes, o sexo é uma agressão, momento no qual ele mostra raiva e humilha a vítima. As principais características desse perfil de estuprador são: costuma ter “pavio” curto; pode ser casado; normalmente, conhece a vítima; rasga as roupas da vítima, dá pontapés e a humilha (CASOY, 2020, s/p).

Os chamados estupradores “dominadores” são aqueles que enxergam a mulher como serventia somente para o ato sexual, submissa a eles e acreditam que estuprar é uma forma de evidenciar a sua virilidade. Além disso, se a vítima resiste, ele aumenta a violência. As

---

<sup>4</sup> Informações retiradas do site: [http://blogs.correio24horas.com.br/silenciodasinocentes/?page\\_id=1353](http://blogs.correio24horas.com.br/silenciodasinocentes/?page_id=1353). Acesso em 7 de julho de 2020.

principais características desse perfil são: estereótipo de “machão”; frequenta bares onde, normalmente, escolhe as vítimas; combina violência física e verbal e não costuma esconder a identidade (CASOY, 2020, s/p).

No que se refere ao perfil do estuprador “sádico”, do ponto de vista dos especialistas, este tem grande chance de se tornar assassino em série. Além disso, geralmente, ele não apresenta antecedentes criminais e consegue, com facilidade, fugir da cena do crime. As principais características desse perfil são: costuma ter fantasias sexuais; provoca dor física e psicológica na vítima; quanto maior a agressão, maior a satisfação do agressor; planeja o estupro com muito cuidado (escolhe o local e a vítima de forma estratégica); pode usar mordaca e até venda para aumentar o medo da vítima; anda com uma espécie de “kit” e pode até gravar a cena do crime; não sente nenhum tipo de remorso; a cada crime, aumenta o nível da agressão (CASOY, 2020, s/p).

E, por fim, tem-se o estuprador “oportunista” cuja motivação inicial não era estuprar, mas enxerga, em determinadas situações, a oportunidade de cometer o crime. Como, nesse caso, o estupro não é planejado, torna-se mais fácil seguir o rastro do abusador. As principais características desse perfil são: não planeja e pratica o estupro durante outro crime (Ex.: assaltante que invade uma casa e acaba estuprando uma mulher); usa a mínima força e costuma deixar evidências (CASOY, 2020, s/p).

Conforme Taborda et al. (2016, p. 715), é possível classificar os criminosos sexuais em dois grupos: I) criminoso sexual situacional – pessoas que não apresentam transtorno psiquiátricos, mas que em situações intensas e continuamente estressantes, ou que lhe confirmam poder absoluto sobre o outro, podem ter dificuldade de controlar impulsos que estariam adormecidos. Na maioria dos casos, não há antecedentes. II) criminoso sexualparafílico<sup>5</sup> – indivíduos que, de maneira preferencial e continuada, nas condições de vida habitual e contando com a possibilidade de satisfação sexual dentro da legalidade, optam pelo comportamento criminoso. Esses criminosos têm inteira capacidade de entender o caráter ilícito do ato praticado, pois o transtorno não lhes confere perturbação de consciência, distorção perceptiva ou do juízo de realidade.

Desse modo, com base nos perfis trabalhados pela Criminologia, é salutar evidenciar que nem todo estuprador sofre de problemas psíquicos, muitos podem ser pessoas que não

---

<sup>5</sup> Parafilias, segunda Taborda et al. (2016), é entendida como uma anomalia ou perversão da sexualidade caracterizada pela contínua procura de excitação sexual através de objetos não habituais, bem como situações de submissão a humilhação verbal e sofrimento físico por meio de palmadas, espancamento ou açoitamento. O prazer relaciona-se, também, ao ato de tocar em uma pessoa sem seu consentimento. Envolve esfregar os genitais ou manipular partes do corpo da vítima.

levantam qualquer suspeita, que vivem bem em sociedade, podendo ser indivíduos comuns aos olhos de todos, conhecidos da vítima ou, até mesmo, fazer parte do círculo familiar. É proeminente, na esfera social, a tendência de culpar a vítima de um estupro, apontando, erroneamente, que o autor do crime sofre de problemas mentais ou tem algum transtorno. Isso ocorre porque não é socialmente aceitável que um crime tão cruel como o estupro possa ser cometido por uma pessoa considerada “normal”.

Tais representações do estupro estão diretamente relacionadas com a “aceitação dos mitos do estupro” (BURT, 1980, p. 218). A Teoria de Mitos de Estupro (BURT, 1980) aponta a presença de algumas crenças que fazem parte de uma ideologia generalizada que efetivamente apoia ou desculpa a agressão sexual. Em outros termos, os mitos de estupro são crenças estigmatizadas ou falsas a respeito do estupro, de suas vítimas e dos agressores, e servem para atenuar ou justificar a violência sexual contra as mulheres, o que pode contribuir para perpetuar este tipo de violência.

Burt (1980, p. 218) traz a ideia de que a aceitação da violência interpessoal seria uma das consequências do mito do estupro, pois, desse modo, teríamos a legitimação da força e da coerção durante as relações sexuais. A autora aponta que essa validação da violência é sustentada com base em uma cultura de estupro que apoia a objetificação, a violência sexual e o abuso de mulheres por meio de filmes, televisão, publicidade e revistas femininas. A pesquisadora formula a hipótese de que a exposição de tal material aumentaria os casos de estupro e a aceitação do mito porque tenderia a normalizar a sexualidade coercitiva e brutal. Além disso, é necessário citar os casos em que ocorre a exposição a um contexto de violência intrafamiliar, pois “quanto mais a pessoa é exposta a um comportamento violento, no seio familiar, mais aceita a violência e o estupro” (BURT, 1980, p. 219).

São exemplos de mitos sobre o estupro: o estupro é um crime cometido por homens que desconhecem as suas vítimas; para ser considerado estupro é preciso que ocorra penetração; uma mulher que realmente estava sendo estuprada resistiria fisicamente; uma “verdadeira vítima” é aquela que sofre lesões físicas graves e visíveis, como feridas com faca, ossos quebrados, lacerações graves, hematomas ou lacerações vaginais; uma mulher que foi realmente estuprada iria imediatamente se apresentar à polícia; não existe estupro conjugal; o estuprador é um estranho de aparência subumana, violento e mentalmente perturbado; o estupro é causado por um impulso estimulado pela aparência, roupas ou comportamento da mulher (SCHAFRAN, 2005).

Apesar de tipificado como crime em grande parte das legislações do mundo, são recorrentes os casos nos quais o estupro deixou de ser crime, como, por exemplo, nos casos em que as vítimas eram as prostitutas ou as mulheres eram casadas, caso o crime fosse praticado por seu cônjuge. Para tratar dessa questão, é importante mencionar a presença do conceito de “mulher honesta”, que foi inserido no Código Penal para tratar a respeito do crime de estupro, em 1830 (art. 222) e reproduzido no Código de 1890 (art. 268). A “mulher honesta” era categorizada como sendo uma pessoa de moral ilibada e que não se prostituía. Essas eram as condições para que ela ocupasse o papel de vítima.

No Código Penal de 1940, a condição de a mulher vítima do estupro ser “honestas” deixou de ser considerada, mas foi mantido o critério de proteger apenas a “mulher honesta” no crime de “atentado ao pudor mediante fraude” (art. 216). E, ainda, havia a extinção de punibilidade, caso ocorresse o casamento do estuprador com a vítima (art. 107, inciso VII).

O crime de estupro foi classificado como crime hediondo a partir da promulgação do artigo 1º da Lei n.º 8.072, de 25 de julho de 1990 (BRASIL, 1990), e apenas com a Lei n.º 11.106, de 28 de março de 2005 (BRASIL, 2005), foi “revogada” a denominação patriarcal de “mulher honesta” em relação aos crimes contra os costumes. Nesse sentido, o que se percebe é que o julgamento dos estupradores é influenciado, por vezes, pelo sexismo dominante na sociedade, o que gera o levantamento de falsas acusações contra a vítima ou, até mesmo, a culpabilização desta (SAFFIOTI, 2004).

Tal fato nos leva ao seguinte questionamento: por qual motivo o estupro é tolerado e naturalizado, mormente nas sociedades advindas do modelo patriarcal? A resposta para essa pergunta poderia ser resumida da seguinte maneira: a banalização do estupro vai além da impunidade, mas aponta para o modo no qual é estabelecido um conjunto de práticas que vigiam, manipulam e censuram o corpo da mulher em situação de violência e, até mesmo, daquelas que ainda não foram violentadas fisicamente, mas reiteradamente violentadas de inúmeras outras formas.

Ademais, sendo um fenômeno sócio-histórico, o estupro está arraigado de valores, ideias, crenças, pensamentos e práticas de determinados contextos, inclusive, da cultura patriarcal, que tem constituído as relações sociais. É fundamental, nesse sentido, desnaturalizar determinadas concepções compartilhadas culturalmente, como as ideias de dominação do homem sobre a mulher, já que a “cultura do estupro” é um método de interdição e controle de sujeitos. Nesse sentido, o estupro, por vezes, seria uma ferramenta de domínio fálico, masculino e manutenção das relações de poder e dominação.

## CAPÍTULO II: ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

### 2.1 Análise Crítica do Discurso (ACD) de Norman Fairclough

A partir do lançamento de um trabalho teórico dos britânicos Roger Fowler, Bob Hodge e Gunther Kress, em 1979, intitulado *Language and Control*, nasce a Análise Crítica do Discurso, doravante ACD, que é denominada assim porque “tenta revestir-se de uma prática social transformadora da sociedade, dando aos analistas um relevante estatuto de interventor social por meio de seu trabalho de análise” (MELO, 2009, p. 9). Em outros termos, Melo (2009, p. 9) pondera, de modo claro e sumarizado, que a ACD é “uma forma de investigação das formações discursivas que engendram as relações de poder, as representações e identidades sociais e os sistemas de conhecimento e crença”.

A ACD caracteriza-se como sendo uma abordagem teórico-metodológica da linguagem na modernidade que, nutrida nas Ciências Sociais, volta-se para os modos como a linguagem figura na vida social e apresenta um conjunto de métodos para a análise linguística de dados empíricos, entendendo o texto (escrito, oral, visual) como unidade mínima de análise. Ademais, a ACD se propõe a investigar criticamente a desigualdade social como é expressa, indicada, constituída, legitimada, pelos usos da linguagem. Trata-se de “uma forma de análise de discurso e texto que reconhece o papel da linguagem na estruturação das relações de poder na sociedade” (WODAK, 2003).

Wodak (2003, p. 35) elenca algumas premissas da ACD, que são articuladas em Kress (1989), são elas: I) a linguagem é um fenômeno social; II) não apenas indivíduos, mas também instituições e grupos sociais com significados e valores específicos que são expressos sistematicamente por meio da linguagem; III) os textos são unidades relevantes da linguagem na comunicação; IV) leitores ou ouvintes não são destinatários passivos em seu relacionamento com textos; V) existem semelhanças entre a linguagem da ciência e a linguagem das instituições.

Na presente pesquisa, o foco de interesse é a abordagem de ACD desenvolvida por Norman Fairclough, que defende a articulação entre a Linguística e a Ciência Social Crítica. Não pretendemos, de forma alguma, restringir a ACD ao trabalho de Fairclough; pelo contrário, trata-se de, reconhecendo a heterogeneidade, perceber, também, a necessidade de um foco específico para o desenvolvimento de pesquisas. A vertente desenvolvida pelo linguista britânico Norman Fairclough apresenta “um método enquadrado que o autor concebe

como Teoria Social do Discurso, pois para ele, a ACD é uma forma de analisar as relações entre o discurso e outros elementos da prática social” (MELO, 2009, p. 12).

Este trabalho segue a proposta teórico-metodológica elaborada por Fairclough (2001), na obra *Discurso e Mudança Social*, que propõe um modelo tridimensional de análise, contemplando a investigação das dimensões da prática textual, da prática discursiva e da prática social. Nesse sentido, “os textos, as práticas discursivas e as práticas sociais consistem nas principais dimensões a serem investigadas em nossa análise, pois consideramos que o discurso é construído e gera sentidos a partir dessas dimensões” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 58).

Esse modelo tridimensional está presente no capítulo intitulado “Teoria social do discurso” e visa “reunir a análise orientada linguisticamente e o pensamento social e político relevante para o discurso e a linguagem” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 89). Ainda, de acordo com Fairclough (2001, p. 89), essa abordagem está voltada para uma investigação da mudança discursiva em sua relação com a mudança social e cultural.

A ACD, como pode ser visto em Fairclough (2001, p. 90), propõe considerar o uso da linguagem como “forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo das variáveis situacionais”. Nesse sentido, segundo Araújo (2004), o significado é produzido não por vontade de um sujeito unitário, não por determinação do sistema linguístico ou por relações socioeconômicas, mas por intermédio de sistemas de poder/conhecimento que são impostos pelas instituições sociais, que organizam textos e que criam as condições de possibilidade para diferentes atos linguísticos.

Tais colocações, conforme Fairclough (2001, p. 91), apontam para a necessidade de distinguir alguns aspectos constitutivos do discurso. Primeiramente, o discurso é um modo de ação e de representação, isto é, por meio do discurso as pessoas agem sobre o mundo e sobre os outros, mas também representam o mundo e as outras pessoas por meio de determinados pontos de vista. Ademais, visualizar o discurso como prática social implica “uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social”. Segundo Fairclough (2001, p. 92), essa relação dialética é necessária para evitar algumas ênfases indevidas: “de um lado, na determinação social do discurso e, de outro, na construção social do discurso”.

A ACD de Norman Fairclough é “baseada na suposição de que a língua é uma parte irreduzível da vida social dialeticamente conectada a outros elementos de vida social, de forma que não se pode considerar a língua sem levar em consideração a vida social” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 3). Assim sendo, Fairclough (2003, p. 4) afirma que percebe a



análise de discurso como algo que oscila entre um foco em textos específicos e um foco naquilo que ele chama de “ordem de discurso”. De acordo com o autor,

ordem de discurso é a organização e o controle social da variação linguística, e os seus elementos (discursos, gêneros, estilos) são, correspondentemente, categorias não puramente linguísticas, mas que fazem o corte através da divisão entre linguagem e ‘não-linguagem’, entre o discursivo e o não-discursivo. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 16).

Ao retomar o enquadramento dos estudos discursivos críticos, salientamos que esta pesquisa assume caráter emancipatório e posicionado, e abarca não apenas a descrição linguística de um texto, mas, também, os traços linguístico-discursivos constituídos nele, que revelam formações e posicionamentos ideológicos.

Temos, na figura a seguir, a representação do modelo tridimensional. Após isso, iremos tratar a respeito de cada uma dessas dimensões de análise:

FIGURA 1 – Concepção tridimensional do discurso



Fonte: Fairclough, 2001, p. 101

Conforme Fernandes (2014, p. 94), sob forte influência da linguística sistêmico-funcional (LSF), o texto é visto como “detentor de traços e pistas de rotinas sociais que, muitas vezes, passam despercebidas em consequência do processo de naturalização”. Investigar como a linguagem atua na vida social possibilita entrever a “universalização e a naturalização de discursos e de interesses particulares e a vinculação de textos particulares e certas ideologias” (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 68).

Fairclough (2003, p. 14) afirma que os agentes sociais tecem textos e configuram relações entre elementos de textos. Além disso, o autor menciona a presença de algumas limitações estruturais nesse processo, por exemplo, a gramática (natural) de uma língua

permite certas combinações e ordenamentos de formas gramaticais e não outras; e se o evento social é uma entrevista, há convenções de gênero que a organizam. Apesar disso, Fairclough (2003, p. 14) salienta que “os agentes sociais têm grande amplitude de liberdade na composição e na tecitura dos textos”.

Resende e Ramalho (2006, p. 29), agrupam as categorias analíticas propostas em *Discurso e Mudança Social* para cada uma das dimensões da Análise de Discurso:

QUADRO 1 – Categorias analíticas propostas no modelo tridimensional

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
Vocabulário	Produção	Ideologia
Gramática	Distribuição	sentidos
Vocabulário	Consumo	pressuposições
Coesão	Contexto	metáforas
Estrutura Textual	Força	Hegemonia
	Coerência	orientações econômicas,
	Intertextualidade	políticas, culturais, ideológicas

**Fonte:** Resende e Ramalho, 2006, p. 29

Na dimensão intermediária, temos a prática discursiva, que “focaliza os processos sociocognitivos de produção, distribuição e consumo do texto, processos sociais relacionados a ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 28). Nesta dimensão, Fairclough (2001) propõe a investigação de textos no que se refere à produção, à distribuição e ao consumo destes, analisando aspectos como força ilocucionária, coerência, intertextualidade e interdiscursividade. Nesta dimensão, busca-se responder as seguintes questões de caráter sociocognitivo: “Quem escreve?”, “Para quem?”, “Em quais circunstâncias?”, e “Por quê?”.

Quanto ao desenvolvimento do processo de investigação da prática social, os autores Chouliaraki e Fairclough (1999) desenvolveram um enquadre baseado em etapas para análise em ACD: a primeira etapa consiste no reconhecimento de um problema que, em geral, baseia-se em relações assimétricas de poder; a segunda corresponde à identificação de obstáculos que dificultam a superação do problema; a terceira equivale à função do problema

na prática, isto é, qual o papel do problema dentro das práticas discursivas e sociais; a quarta etapa consiste na identificação de possíveis maneiras de superar o problema; por fim, a quinta e última etapa estabelece que toda pesquisa em ACD deve realizar uma reflexão sobre a análise.

Em síntese, com a Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO), Fairclough (2001) entende qualquer evento discursivo como simultaneamente um texto, uma prática discursiva e uma prática social. Logo, “temos a dimensão da análise linguística, da análise do processo interacional e da análise de circunstâncias organizacionais e institucionais da sociedade” (MELO, 2009, p. 13).

## CAPÍTULO III: PERCURSO METODOLÓGICO

Esta seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados nas etapas de coleta, análise e discussão dos dados.

### 3.1 Constituição do Corpus

A Análise Crítica do Discurso faz parte de uma perspectiva de estudos da linguagem comprometida com o estudo de questões sociais que se volta para a produção de linguagem de ou sobre grupos oprimidos historicamente.

Desse modo, na busca por compreender de que maneira se constitui e se atualiza um regime hegemônico que tende a perpetuar e naturalizar o abuso de mulheres e de meninas – o que convencionamos chamar de cultura do estupro – decidiu-se pela escolha de um material de análise no qual as vítimas se expressam, via discurso. O estupro se torna objeto do discurso passível de análise quando falamos, lemos, ouvimos e escrevemos sobre ele, em outros termos, quando ocorre a discursivização desse objeto. Sumariamente, a análise visa compreender, por meio da visão das vítimas, algumas das múltiplas complexidades do fenômeno do estupro enquanto uma problemática social.

De forma mais específica, o material a ser analisado escolhido para a realização da pesquisa se trata de um conjunto de quatro depoimentos de mulheres que sofreram estupro. A escolha do material a ser analisado se dá com base no gênero textual-discursivo depoimento e na relevância temática para a pesquisa. Percebemos a produção de depoimentos sobre o estupro via mídia social como uma possibilidade comunicativa de ampla divulgação e de denúncia à violência sexual.

Desse modo, os quatro depoimentos selecionados foram publicados no blog de notícias “Metrópoles”. Nestes, as falas estão divididas em relatos escritos, narrados em formato de áudio pelo *website* “Metrópoles”<sup>6</sup> (nos quais as vítimas optaram por não se identificar), e vídeos (em que duas das vítimas se identificam). Tais relatos fazem parte de uma matéria especial intitulada “Biografia de um crime sem castigo”, escrita pela jornalista Leilane Menezes, publicada em novembro de 2017.

---

<sup>6</sup> “Metrópoles” é um jornal diário online brasileiro fundado em 8 de setembro de 2015. No mês em que completou três anos de existência, o veículo foi acessado por 25,3 milhões de usuários únicos que visualizaram 173 milhões de páginas, de acordo com o Google Analytics. De acesso gratuito e com equipe de quase 200 profissionais baseados em Brasília, o veículo tornou-se a fonte de informação mais acessada do Distrito Federal, estando entre os 10 maiores sites de notícia do país, segundo a comScore.

Leilane Menezes<sup>7</sup> formou-se em Jornalismo pelo Centro Universitário de Brasília (UniCeub), em 2008. Trabalhou como produtora na Rede Record, foi repórter do Correio Braziliense durante sete anos e, atualmente, faz parte da editoria de Brasil do “Metrópoles”. É vencedora de oito prêmios de jornalismo, entre eles, o Tim Lopes de Jornalismo Investigativo, CNT, MPT, CNH, Sebrae e SINDHRio.

Dado o objeto de análise, a pesquisa qualitativa, com orientação analítico-descritiva, revela-se a mais apropriada. Isso porque o escopo desta pesquisa não é contabilizar dados, mas sim conseguir compreender como são feitas as representações do estupro nos depoimentos supracitados.

### **3.2 Procedimentos de análise**

Acreditamos que o conceito de referência anafórica apresenta um grande potencial analítico para reconhecer os discursos e as representações sociais que são construídos e manifestados pelos textos. A âncora possibilita que o referente da anáfora indireta seja ativado por meio da mobilização do conhecimento de mundo armazenado na memória dos interlocutores. As anáforas indiretas remetem a um referente tido como conhecido para o interlocutor devido a outra expressão (âncora), já proferida anteriormente, que estabelece com o elemento anafórico uma relação de remissão. (KOCH, 2003). Desse modo, ao descrevermos e analisarmos o objeto da pesquisa, selecionamos as anáforas indiretas utilizadas no processo de referência do estupro e, desse modo, participam da construção da representação do estupro.

A referência anafórica é um fenômeno que transcende o linguístico, mas articula, via linguagem, uma rede de conhecimento e de experiências humanas que constituem seu suporte. A variedade de fatores linguísticos e extralinguísticos, que possibilitam aos falantes estabelecerem referências retrospectivas em textos, e os ricos processos mentais, que permitem aos coenunciadores interpretá-los, tornam a anáfora um objeto de estudo muito complexo.

Assim, pensar na progressão textual gera uma importante reflexão acerca do papel das anáforas, uma vez que se trata de elementos importantes para a manutenção temática. Elas também são responsáveis por uma vasta quantidade de informações nos enunciados, constituindo-se em elementos que colocam o falante e o interlocutor em um mesmo quadro

---

<sup>7</sup> Informações retiradas do blog de notícias “Metrópoles”. Acesso em: 3 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/>

comunicativo, ativando conhecimentos compartilhados que confirmam ou frustram as expectativas de ambas as partes. Consequentemente, constroem objetos de discurso que resultam da negociação entre elementos anafóricos que estão ou não relacionados a ideias correferenciais (MONDADA; DUBOIS, 2003).

Como procedimentos de análise englobando a ACD e a referenciação como categoria de acesso à prática textual, tomamos a identificação de um elemento referencial – âncora (KOCH, 2003) – em cada depoimento, possibilitando a ocorrência anafórica indireta e, tão somente depois, elaboramos um quadro no qual se identifica a ocorrência anafórica indireta e a sua relação referencial. A âncora aparecerá em negrito e o elemento anafórico aparecerá em itálico e sublinhado. Esse quadro tem caráter demonstrativo. Evidenciamos que as análises realizadas no *corpus*, de forma nenhuma, esgotaram outras possibilidades de ocorrências e/ou tipos de anáfora não enfocada.

### **3.3 Prática textual**

#### 3.3.1 Referenciação anafórica

Os mais variados processos de referenciação, no momento da confecção do modelo textual, muitas vezes, é involuntário. Além disso, eles são construídos no nosso dizer, no modo como constituímos esse dizer, de acordo com o nosso objetivo, a nossa intenção, os nossos leitores/ouvintes, a situação em que nos encontramos envolvidos, os papéis sociais, a sua cultura, a escolarização, o gênero, enfim, temos uma série de fatores que influenciam na linguagem e na maneira de escrever e de se expressar (KOCH; ELIAS, 2016, p. 89; SANTANA et al., 2012, p. 7).

A referenciação, tal como a tratam Mondada e Dubois (1995), é um processo realizado no discurso e que resulta na construção de referentes, de tal modo que a expressão referencial passa a ter um uso completamente diverso do que se atribui na literatura semântica em geral. Isso porque referir deixa de ser uma atividade de "etiquetar" as coisas do mundo, mas sim uma atividade discursiva. Logo, a realidade empírica, passa a ser uma construção da relação do indivíduo com a realidade.

Mondada e Dubois (2003) enfatizam que a referenciação trata de “[...] uma relação entre o texto e a parte não-linguística da prática em que ele é produzido e interpretado.” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 20). Para as autoras, essas práticas não são

imputáveis a um sujeito cognitivo abstrato, racional, intencional e ideal, solitário face ao mundo, mas a uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 20).

Nesse sentido, as autoras apontam não somente a presença de um sujeito “encarnado”, mas também de um sujeito sócio-cognitivo mediante uma relação indireta entre os discursos e o mundo. Em suma, as pesquisadoras se propõem a “reintroduzir explicitamente uma pluralidade de atores situados que discretizam a língua e o mundo e dão sentido a eles, construindo individualmente e socialmente as entidades” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 20).

Mondada e Dubois (2003, p. 43), ao falarem a respeito dos processos referenciais, salientam que a evolução dos protótipos, nomes enquanto rótulos, e da significação das palavras para estereótipos não se baseia em propriedades realistas ou de valores de verdade, mas na codificação social dos modos de falar e de representar o mundo. De acordo com essas pesquisadoras, a nomeação do protótipo torna possível seu compartilhamento entre muitos indivíduos através da comunicação linguística e se torna um objeto socialmente distribuído, estabilizado no seio de um grupo. Assim sendo, tal “protótipo evolui para uma representação coletiva geralmente chamada de estereótipo” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 42).

De acordo com Marcuschi (2001, p. 2019), o termo anáfora, na retórica clássica, indicava a repetição de uma expressão ou de um sintagma no início de uma frase. Segundo o autor, esta definição foi substituída e ela passou a ser usada para designar expressões que se reportam a outros enunciados, conteúdos e contextos (retomando-os ou não), contribuindo para a continuidade tópica e referencial.

A anáfora vem do grego *anaphorein* (ana- “para o alto”, “para trás”, e -phorein “levar”) e “pertence àquela mais geral das cadeias de referência, da coesão textual e da progressão temática” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 36).

Marcuschi (2001, p. 220) salienta que essa visão clássica e linear da anáfora não abarca o problema da referenciação textual em toda sua complexidade, pois “nem sempre há congruência morfossintática entre anáfora e seu antecedente; nem toda anáfora recebe uma interpretação no contexto de uma atividade de simples atribuição de referente” (MARCHUSCHI, 2001, p. 220).

Segundo o autor, esta definição foi substituída e, atualmente, o termo é utilizado para designar expressões que se reportam a outros enunciados, conteúdos e contextos (retomando-os ou não), contribuindo para a continuidade tópica e referencial.

A anáfora pode ser definida como o relacionamento interpretativo, em um enunciado ou sequência de enunciados, de, ao menos, duas sequências, sendo que a primeira tem a função de guiar a interpretação da outra ou das outras. Duas concepções desse fenômeno se opõem: uma vê na anáfora um fenômeno textual, a outra a entende, sobretudo, como um relacionamento cognitivamente determinado (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 36).

A primeira concepção, que vê a anáfora como um fenômeno textual, trata-se da anáfora direta, pois pressupõe a ideia de continuidade, ao menos parcial, de referentes com base na retomada de âncoras ou antecedentes presentes no contexto. Veja o exemplo:

Eu tinha 9 anos, **tinha amigos mais velhos** que eu (...) **Eles** eram muito maiores que eu.

No exemplo, o pronome “eles” retoma de forma evidente o referente “amigos mais velhos” mantendo, assim, uma relação correferencial que possibilita a continuidade referencial, propriedade típica da anáfora direta.

A *posteriori*, temos a segunda concepção, anáfora indireta, na qual lidamos “com um alargamento da noção de anáfora em relação ao que acabamos de ver nas anáforas diretas” (MARCHUSCHI, 2001, p. 223). Ao tratar a respeito da complexidade desse fenômeno, Marcuschi (2001, p. 223) pondera que a textualização não se dá como um encadeamento linear de elementos, de modo que a própria noção clássica de coerência fica afetada. Desse modo, nesse caso, para o autor, a coerência deve ser vista, sobretudo, como um princípio de interpretação e não um princípio de encadeamento enunciativo ou de boa formação textual. Logo, a referenciação não se trata apenas de um elemento responsável por fazer uma manutenção temática ou por deixar um objeto do discurso em foco, mas os processos de referenciação irão revelar opiniões e julgamentos do enunciador.

Nesse caso, com base em Santana et al. (2012, p. 8), a referenciação anafórica pode ser vista como sendo um processo cognitivo relacionado à memória discursiva, que determina o conhecimento que o falante ou produtor do texto tem em relação ao referente em questão ou em destaque no modelo textual. Ademais, segundo os autores, ela é responsável pela ligação das proposições e dos significados assegurando a continuidade textual. Logo, “os processos de referenciação são atividades nas quais as realidades e os objetos do mundo são modificados e recategorizados, sendo atribuídas a eles significações individuais pelos seus modificadores” (SANTANA et al., 2012, p. 7).



### 3.3.2 Referenciação e Análise Crítica do Discurso: um olhar híbrido

Nos depoimentos a serem analisados, observamos ocorrências de anáforas indiretas, pois as âncoras “estupros” e “abuso” possibilitam entrever a presença de referentes a elas associados, que vão sendo reconstituídos à medida que o texto vai sendo desenvolvido. Dado isso, é possível afirmar que conhecimentos de mundo e de situação foram mobilizados tanto do enunciador para o enunciatário quanto do enunciatário para o enunciador, já que, a partir disso, várias interpretações e mensagens cognitivas irão surgir na mente de uma pessoa que se depara com esse modelo textual, estabelecendo, dessa forma, elos semânticos.

Todas as expressões referenciais, em destaque, têm as entidades “abuso” e “estupros” como âncora, e, nessa relação, leva-se em consideração o contexto. As anáforas indiretas percorrem, assim, a materialidade do texto, dando pistas ao leitor, a todo tempo, de que o tema retomado é um estupro. Podemos ativar, portanto, essas ligações semânticas numa interpretação motivada por estratégias cognitivas, que estão relacionadas com o conhecimento de mundo que temos sobre sexo, não consentimento, culpabilização, sequelas e tratamento das vítimas. As palavras centrais que retomam as âncoras confirmam que o processo de compreensão não se trata de somente buscar informações presentes na superfície textual, mas implica construir sentidos. Por exemplo, ao pensarmos em um evento como o estupro, vários elementos envolvidos nesse mesmo evento são ativados, como: sexo sem consentimento, violência, culpa, sequelas, vítima, estuprador, entre outros.

Apresentado o *corpus* de análise, prosseguimos estabelecendo um diálogo entre as colunas e evidências empíricas com o material teórico, buscando estabelecer as conexões propostas pela Análise Crítica do Discurso (ACD), de Fairclough (2001) – os textos (os depoimentos em si), com as práticas discursivas (o depoimento presente em um blog é um recorte do real, a partir do ponto de vista da vítima de estupro, da colunista do blog, do corpo editorial e se trata de um discurso feito ação, ou seja, ao ser postado, ele remete a uma prática discursiva), e as práticas sociais (os textos enquanto práticas discursivas dialogam com o contexto social e a estrutura em que o blog e o conteúdo dessa matéria especial voltada para o estupro dialoga – seus leitores e a própria sociedade atual a quem é dirigido os texto). O modelo tridimensional é uma abordagem voltada para uma investigação da mudança discursiva em sua relação com a mudança social e cultural. Percebe-se que, na matéria especial em que estão os depoimentos, há uma intenção declarada da jornalista Leilane Menezes de assumir um posicionamento claro em defesa das mulheres e de combater as práticas de estupro.

A matéria é intitulada “Biografia de um crime sem castigo”, o que já é algo que remete para a impunidade envolvendo os crimes de estupro. Para comprovar isso, a jornalista traz falas de especialistas, além de dados estatísticos alarmantes em relação à recorrência dos casos de estupro e da falta de punição dos agressores: “A cada 11 minutos, um estupro é cometido no Brasil. No entanto, apenas 1% dos agressores são punidos” (MENEZES, 2017, s/p). Tal dado, associado às ilustrações presentes no texto, chama a atenção do leitor, é coerente com o título da matéria e com o conteúdo desta e acaba trazendo um caráter de veracidade para o que está sendo colocado ao longo do texto.

### 3.3.3 A desigualdade de gênero e as violências contra as mulheres versus a busca por emancipação e voz

Como é possível evidenciar na análise a seguir, fizemos uma divisão dos quatro depoimentos em três eixos temáticos: (1) Trajetória de vida como constituição da identidade social (depoimentos 1 e 2); (2) Caráter pedagógico do estupro (depoimento 3); (3) Culpabilização da vítima de estupro em contexto intrafamiliar (depoimento 4).

Esses relatos são construídos fazendo uso de elementos do texto narrativo – verbos de ação, cenas, personagens, conflitos – que traduzem a experiência dolorosa do estupro em discurso. Os depoimentos mostram como as mulheres estupradas vivenciam diferentes formas de violência, física, psicológica ou simbólica, desde a infância. O fato de o estupro ter ocorrido em ambiente doméstico (esfera privada) reforça a sensação de que algo deve ser mantido em segredo, não pode ser dito, articulado e não é do interesse público (de estranhos). Nesse contexto, a imagem masculina é imaculada e colocada como hierarquicamente superior à imagem feminina, dominando as regras do ambiente. Já a imagem feminina é colocada em uma posição de submissão desde cedo. Há também um ponto em comum de que a vítima é menor de idade e, portanto, carece de discernimento para entender que o que sofreu foi estupro.

Há uma progressão que une os depoimentos, como se as histórias de estupro compartilhassem entre si de um mesmo referencial, um mesmo roteiro de agressão, culpabilização e silenciamento. Notamos isso, por exemplo, quando percebemos que a maioria das histórias tem como cenário o ambiente doméstico, sendo que, muitas vezes, o abusador é um familiar ou alguém próximo.

## QUADRO 2 – “(...) até hoje me culpo por não ter dito não”

### Depoimento 1

1 “Eu tinha 9 anos, tinha amigos mais velhos que eu, de uns 14 anos... Não fazia a  
2 mínima ideia do que estava fazendo, mas nunca disse ‘não’. Fizemos de tudo, até que fui  
3 agredida para o prazer deles. Eu era pequena, então acabava me machucando, eles eram  
4 muito maiores que eu.

5 Acontecia tudo como uma troca. Eu gostava muito de jogar um jogo e só tinha  
6 acesso na casa desse amigo mais velho. Então, se eu não fizesse o que eles queriam,  
7 não podia brincar.

8 Passei por vários estágios. Logo depois que o **abuso** aconteceu, me isolei de tudo,  
9 chorava muito, não conseguia me relacionar com ninguém. Depois de uns anos,  
10 comecei a criar uma proteção, uma casca, e aí conseguia contar normal, falar normal  
11 sobre isso.

12 Eu vejo as consequências desses **estupros** em quem eu me tornei já na vida adulta.  
13 Sempre fui muito descontrolada em questão física, de sexo. Para mim, era muito  
14 difícil me soltar, mas, com quem eu confiava e namorava, nunca tive limite. Já  
15 desrespeitei pessoas por causa da minha vontade. Para mim, não fazia sentido alguém  
16 me dizer ‘não’.

17 Mas, ao mesmo tempo, na minha cabeça, eu nunca queria fazer com alguém o que  
18 fizeram comigo. Até hoje me culpo por não ter dito não. Sei que não tenho a mesma  
19 mentalidade de quando tinha 9 anos, sei que a culpa não é minha, mas, dentro de mim, a culpa  
nunca sai.

20 Já tive fases que não conseguia abraçar ninguém, até hoje tenho muita dificuldade  
22 com contato físico. Tem épocas que tudo está mais sensível e tem épocas que consigo  
23 falar naturalmente sobre tudo.

24 A única vez que consegui procurar tratamento para isso, o psicólogo mudou de

25 assunto e disse que eu já tinha superado se falava tão fácil. E aí desisti, nunca mais

26 busquei ajuda. Tento me ajudar só.

27 Com o passar do tempo, e de me relacionar mais, passei a respeitar mais as

28 pessoas, e hoje o sexo para mim é algo além do físico, da necessidade física (que

29 não existe mais para mim). É sobre sentimento, acima do prazer da carne. Com a

30 minha namorada hoje em dia, não passo mais dificuldade como passava antes. Se ela

31 diz não, é não. E, na maioria das vezes, não precisa nem dizer! Eu mesma espero

32 que ela demonstre vontade.”

### QUADRO 3 – Âncoras referenciais no depoimento 1

ÂNCORAS	Palavra central: “sexo”	Palavra central: “violência”	Palavra central: “culpa”	Palavra central: “sequelas”	Palavra central: “tratamento das vítimas”
Estupros; abuso (linhas 12 e 8)	Uma troca. (linha 5) <i>O sexo para mim é algo além do físico.</i> (linha 28) <i>É sobre sentimento, acima do prazer da carne.</i> (linha 29)	<i>Não fazia a mínima ideia do que estava fazendo.</i> (linhas 1 e 2) <i>Fui agredida.</i> (linha 3) <i>Acabava me machucando.</i> (linha 3) <i>Fizesse o que eles queriam.</i> (linha 6) <i>O que fizeram comigo.</i> (linha 17) <i>Se ela diz não, é não.</i> (linhas 30 e 31)	<i>Me culpo por não ter dito não.</i> (linha 18) <i>Dentro de mim a culpa nunca sai.</i> (linhas 19 e 20)	<i>Desrespeitei pessoas por causa da minha vontade.</i> (linha 15) <i>Hoje tenho muita dificuldade com contato físico.</i> (linhas 21 e 22)	<i>Consegui procurar tratamento para isso.</i> (linha 24) <i>O psicólogo mudou de assunto e disse que eu já tinha superado se falava tão fácil.</i> (linhas 24 e 25) <i>Tento me ajudar só.</i> (linha 26)

#### Ocorrências anafóricas do termo “tudo”

<b>Tudo 1:</b> Sequelas causadas pelo estupro.	<i>Tem épocas que <b>tudo</b> está mais sensível.</i> (linha 22)
--	--

<p><b>Tudo 2:</b> O Estupro e a violência sofrida.</p>	<p><i>Tem épocas que consigo falar naturalmente sobre tudo.</i> (linhas 22 e 23)</p>
--	--

No depoimento 1, achamos relevante o uso do termo “tudo” na construção de sentido do texto. A primeira ocorrência anafórica “tudo” restringe o campo semântico às sequelas deixadas pelo estupro nas áreas psicológica e emocional da vítima. Enquanto que, na segunda ocorrência, o termo “tudo” faz referência ao estupro e à violência sofrida pela vítima. Tais variações semânticas evidenciam ainda mais a noção de âncora cognitiva, uma vez que a interpretação desses referentes é produto da percepção humana. Em outros termos, temos aqui uma evidência de que o processamento cognitivo-discursivo da anáfora indireta não se refere a um elemento antecedente, mas sim, a uma atividade verbal, a uma enunciação.

O termo "tudo" também é uma construção referencial dos eventos que o antecedem, de forma que pode fazer referência desde a conversas, ou brincadeiras entre amigos até chegar às ações do "eles" e do "deles". Observa-se, desse modo, a importância deste processo de referencialização: primeiro na construção dos estupradores como "amigos mais velhos". Nessa construção está presente tanto o "amigo", aqueles em quem, segundo nossas normas sociais, podemos confiar e a qualificação "mais velhos que eu", que tanto designa a diferença de idade, quanto marca um dado saber ao qual a vítima não teria acesso na época em que ocorreram os eventos.

Além disso, o termo "tudo" remete tanto ao evento em si, como às condições do evento (linha 5): jogar um jogo e fazer o que eles queriam que era a "troca", mas, nesse caso, a "troca" designaria um consentimento e o resultado de uma interação, pois faria a troca tendo consciência de que ambos se beneficiariam. No entanto, a locutora marca a diferença, como adulta, de que o que se há não é "troca", daí a importância do enunciado como um todo "Acontecia tudo como uma troca". Assim sendo, ao se usar o item lexical “troca” e uma estrutura comparativa, afirma-se também que aquilo que se assemelhava a uma troca, não se caracterizaria como tal, ainda que tivesse uma estrutura semelhante. Noutros termos, essa comparação implica que em “acontecia tudo como uma troca” a visão do adulto denuncia e reconhece o abuso sofrido, pois reconhece que o que ocorreu não foi uma barganha.

Nesse caso, é muito importante a estrutura comparativa, pois denuncia a semelhança com a "troca", mas nega que seja troca. Isso ocorre porque, enquanto sujeito adulto, a

locutora sabe que não é troca, mas também sabe que para ela, enquanto criança, era uma troca: eu quero jogar, eles querem algo que tenho que fazer para jogar. Para a locutora, há o reconhecimento do abuso, pela confiança traída, os amigos não me machucariam; para a criança de 9 anos, há a troca. São dois lugares que se constituem. Logo, podemos nos perguntar e concluir que quem sente a culpa por não dizer “não” é o adulto que não consegue se separar da criança agredida.

O depoimento 1 compreende uma trajetória de vida que é um processo de constituição da identidade social dos agentes envolvidos na cena. Considerando-se essa questão, na primeira parte do depoimento 1, uma mulher, que tem consciência do estupro, presentifica a encenação de uma criança de nove anos de idade no ato: “Eu tinha 9 anos...” (linha1). Desse modo, o enunciador reporta a experiência da criança e, mais do que isso, tem-se, nesse momento, a relação da vítima com o algoz ocorrendo no espaço da inocência. A criança é posicionada, então, no espaço do não-saber: “Não fazia a mínima ideia do que estava fazendo...” (linha1). E, ao nomear o ato como “troca” (linha 5), o enunciador é objetificado mediante uma relação de poder estabelecida com o outro. As escolhas lexicais representam, na primeira parte do depoimento, a consciência de uma criança presentificada na fala do adulto que narra no presente e isso pode explicar a prática discursiva da descrição e não da nomeação do ato. Nomear o ato é ter consciência do ato, ao passo que descrever é a tentativa de apreender o que se passou.

Observe o seguinte trecho: “Eu tinha 9 anos, tinha amigos mais velhos que eu, de uns 14 anos... Não fazia a mínima ideia do que estava fazendo.” (linha 1). Tem-se aqui, nesse “do”, um pronome demonstrativo “o” nessa contração da proposição e da preposição “de”. Nessa contração, marca-se a indefinição de um saber: não saber que estava sendo abusada quando se pensava que estava fazendo uma troca. Nessa estrutura, portanto, o pronome demonstrativo tem o mesmo funcionamento discursivo do pronome indefinido “tudo” e recupera uma quantidade de ações ocorridas, que não podem ser nomeadas, mas sim descritas. O demonstrativo remete para algo que estava sendo feito que vai ser tema do “acabava me machucando...” (linha 3). E, portanto, dadas as condições da descrição do trabalho textual, pode-se remeter para o extralinguístico de forma que algumas pistas atentam para o desconhecimento da criança e para o abuso dos mais velhos. Como isso se dá? Primeiro, pelo modo como se inicia a narrativa em que se apresenta como “eu tinha 9 anos”, e “eu tinha amigos mais velhos, de uns 14 anos”... A imprecisão do artigo indefinido “uns” remete para a possibilidade de serem amigos mais velhos ou mais novos do que 14

anos, mas também remete para a memória do sujeito adulto que recorda um momento traumático na sua vida. Importante ainda a conclusão "mas nunca disse não".

Neste dizer, há a culpa que se coloca a todas as mulheres que sofreram violência, leia-se o não-dito "eu deveria ter dito não". Este não-dito, marcado pelo social de uma sociedade machista, soa para a mulher agredida com um "sim" ou pela marca da sociedade "quem cala consente". Sobre esse aspecto, a relação no Quadro 3 entre as âncoras e as anáforas indiretas aponta, em razão do sentimento de culpa, para a sobreposição da dimensão afetiva da relação sexual em comparação com a dimensão carnal. Para a vítima a dificuldade em tratar o sentimento de culpa estimula a percepção de seu corpo como causa do sofrimento ocorrido. A dimensão afetiva da relação sexual é potencializada pela vítima, porque o corpo (o seu corpo) - aquele que sinaliza a dimensão do prazer - é, de alguma maneira, responsabilizado; nisso reside a culpa. Logo, é possível que desta norma social da relação de poder se sustenta a culpa por não dizer não. Daí a força do "mas". Ele reverte o processo argumentativo; observe: foram dados os argumentos "amigos", alguém em que se confia, "mais velhos", sabem o que fazem e, se são "mais velhos", têm consciência do que fazem e, por isso, são confiáveis. "Eu" mais nova, não sabia o que fazia, logo desconhecia o que se fazia comigo, CONCLUSÃO, a partir dessas premissas, EU FUI ABUSADA, APROVEITARAM DE MINHA INOCÊNCIA, POIS, COMO AMIGOS, TRAÍRAM MINHA CONFIANÇA, SÓ FUI COM ELES PORQUE ERAM MEUS AMIGOS, ELES SABIAM O QUE FAZIAM, LOGO ABUSARAM DE MIM, TINHA CONSCIÊNCIA DO ATO, UMA VEZ QUE ERAM MAIS VELHOS. Só que o "MAS" inverte essa argumentação ao afirmar que deveria dizer não. Pensa-se aqui na polifonia de Ducrot, o Enunciador 1, enumera as atenuantes afirmando a amizade e a diferença de idade, o conhecimento e o desconhecimento do que se praticava; o Enunciador 2 diz que "você deveria dizer não", invertendo a direção argumentativa e devolvendo a culpa à mulher que sofre a agressão. E, como se sabe, pela teoria da polifonia, o Locutor, no caso, aquela que relata o evento, concorda com E2 e não com E1, segue o sentimento de culpa. Interessante, contudo, esse uso do operador argumentativo "mas", na medida que ele traz uma cobrança de um ação do sujeito criança a partir do olhar do adulto: se não se sabe o que faz, deve-se, portanto, negar-se a fazer. E, para negar-se a fazer, deve-se dizer "não" e, ao não dizer o "não" esperado, adquire-se a culpa por ter feito o que fez sem saber o que fazia e por não dizer "não". Nessa lógica do adulto que se desdobra sobre esse eu-criança impõe-se que se diga não ao que não conhece, instaura a culpa e, conseqüentemente, o trauma que só o adulto pode sentir.

Na sequência da narrativa, é estabelecida uma hierarquia mediante a presença de um continuum que vai do não saber ao saber. Tem-se, nesse estágio, o adulto em um processo de tomada de consciência do ato nomeado, primeiramente, de “abuso” (linha 8) até ser especificado, em seguida, como “estupro” (linha 12). Nesse processo de referenciação, aquilo que se fazia sem saber surge nomeado e, portanto, categorizado como “abuso” e depois, ao ser retomado na narrativa, é recategorizado como “estupro”.

O enunciador, na fase adulta, tem a consciência do trauma ao afirmar que sofre as consequências do estupro “Já desrespeitei pessoas por causa da minha vontade...” (linhas 14 e 15) e, posteriormente, passa por um processo de libertação e de crescimento: “passei a respeitar mais as pessoas...” (linha 26).

O que se infere por meio da análise do depoimento 1 é a presença, por trás do tempo do relato, de uma lógica atemporal; ou seja, caberia à “lógica narrativa dar conta do tempo narrativo. Poderíamos dizer, de outra maneira, que a temporalidade não é senão uma classe estrutural do relato” (BARTHES, 1966, p. 12). Desse modo, no depoimento 1 teríamos a presença do “tempo psíquico” (ARFUCH, 2010, p. 113) do enunciador, que é variável com base em suas emoções e seu mundo interior. Ou seja, fisicamente, habitamos um espaço e, emocionalmente, presentificamos a memória e, nesse caso, o passado não ocupa seu lugar, pois ele está sempre no presente. Temos, portanto, uma relação estabelecida entre experiência e narração, pois, o “tempo psíquico, variável conforme as emoções e o mundo interior” (ARFUCH, 2010, p. 113), possibilita, ao enunciador, retomar o passado e recuperar a infância, estabelecendo um laço entre linguagem e experiência.

#### QUADRO 4 – “(...) brincadeiras de abaixar nossas calças”

Depoimento 2	
1	“Eu tinha 7 anos e tinha um primo de 13 anos muito próximo, que, todos os finais
2	de semana, ia até a casa da minha avó, que era onde eu morava. O pai dele, marido da
3	minha tia, sempre foi um idiota. Gostava de <u>constranger as meninas</u> com umas <u>brincadeiras</u>
4	<u>de abaixar nossas calças e nos deixava peladas diante da família toda</u> . Esse meu primo é
5	filho dele.
6	Sempre tinha umas <u>brincadeiras de querer beijar na boca, de pegar na bunda</u> . Um dia,
7	quando todos estavam na sala, ele colocou o pinto pra fora e começou a mexer nele. Depois
8	de grande fui entender que aquilo era masturbação. Fiquei com medo e não falei para



9 ninguém.

10 Depois, ele vinha sempre quando não tinha ninguém por perto e me abracava, apertava

11 meu peito. Até que, um dia, tirou minha calça e me penetrou. Senti dor, queria gritar, mas

12 ele me tapava a boca. Beijava a força, até que mordi. *Foram seguidas vezes que isso*

13 *aconteceu. Nunca falei isso para a minha mãe, por medo da reação dela ou de ela ficar*

14 contra mim.

15 O segundo caso foi ainda mais sério. Eu tinha 13 anos, e foi muito traumático, pois me

16 deixou marcas psicológicas e físicas. O pedreiro que fazia uma obra na minha casa me

17 **estuprou**. Era dia, e não tinha mais ninguém em casa. Eu desmaiei de dor e já acordei no

18 hospital. Em razão da **violência do estupro**, tive que fazer cirurgia para retirar uma parte do meu

19 útero e trompas, que foram estourados. Fiquei infértil e já sofri muito por conta

20 disso. Fiquei com nojo da figura masculina e até hoje tenho.

21 Namorei um rapaz e, todas as vezes que íamos ter relações sexuais, eu sentia como se

22 estivesse sendo **estuprada**. Não tive acompanhamento psicológico. Conseguí falar sobre

23 esse assunto depois dos meus 25 anos. Nenhum dos dois foi punido. O pedreiro, nunca

24 mais tivemos notícia. E o meu primo, infelizmente, preciso manter contato, pois a família

25 não sabe. Até pouco tempo, minha tia falava que eu ia casar com ele.

26 Minha família soube do pedreiro, mas é um assunto que não se comenta de jeito algum.

27 Não fizeram ocorrência na época, talvez por medo da repercussão ou por covardia mesmo.

28 É um sentimento estranho de sentir. Uma revolta tão grande, que você não imagina! Me

29 sinto impotente, com medo que façam com outra pessoa o que fizeram comigo...

30 Eu diria às mulheres que viveram isso que elas tenham coragem de denunciar seja quem

31 for. Que procurem ajuda e que falem sobre isso com todos.”

#### QUADRO 5 – Âncoras referenciais no depoimento 2

ÂNCORAS	Palavra central: “violência”	Palavra central: “sequelas”	Palavra central: “tratamento das vítimas”	Palavra central: “impunidade”
Estupro (linhas 17, 18 e 22)	<i>Constranger as meninas.</i> (linhas 3)  <i>Brincadeiras de abaixar nossas calças e nos deixava peladas diante da família toda.</i> (linha 4)  <i>Brincadeiras de querer beijar na boca, de pegar na bunda.</i> (linha 6)	<i>Foi muito traumático, pois me deixou marcas psicológicas e físicas.</i> (linha 15 e 16)  <i>Hoje tenho muita dificuldade com contato físico.</i> (linhas 21 e 22)  <i>Tive que fazer cirurgia para retirar uma partedo meu útero e</i>	<i>Nunca falei isso para a minha mãe, por medo da reação dela ou de ela ficar contra mim.</i> (linhas 13 e 14)  <i>Conseguí falar sobre o assunto depois dos meus 25 anos.</i> (linhas 21 e 22).  <i>É um assunto que não se comenta de</i>	<i>Nenhum dos dois foi punido. O pedreiro, nunca mais tivemos notícia. E o meu primo, infelizmente, preciso manter contato, pois a família não sabe. Até pouco tempo, minha tia falava que eu ia casar com ele.</i> (linhas 22 a 24).

	<p><i>Me abraçava, apertava meu peito. (linhas 10 e 11)</i></p> <p><i>Tirou minha calça e me penetrou. (linha 11)</i></p> <p><i>Eu desmaiei de dor e já acordei no hospital. (linhas 17 e 18).</i></p>	<p><i>trompas, que foram estourados. Fiquei infértil. (linhas 18 e 19).</i></p> <p><i>Fiquei com nojo da figura masculina e até hoje tenho. (linha 20).</i></p>	<p><i>jeito nenhum. (linha 25).</i></p>	
--	--	---	---	--

Assim como no depoimento 1, o depoimento 2 também compreende uma trajetória de vida que é um processo de constituição da identidade social dos agentes envolvidos na cena. A princípio, o locutor faz uma retomada no tempo e coloca em cena o ponto de vista de uma criança de sete anos de idade, que ainda não consegue nomear o ato, mas sim descrevê-lo como sendo uma brincadeira: “brincadeira de abaixar nossas calças” (linha 4), “brincadeiras de querer beijar na boca, de pegar na bunda”. Percebemos, neste primeiro momento, uma descrição eufemizada e lúdica acerca do estupro, tido como sendo um tipo de “brincadeira”. O ato de brincar pode ter sido utilizado, justamente, pelo fato de fazer parte do vocabulário desse sujeito criança, pois, através do brincar, ela aprende, experimenta o mundo, cria possibilidades, constrói relações sociais, elabora sua autonomia de ação e organiza emoções. Evidencia-se, ainda, que a criança percebe que há algo errado nessa suposta “brincadeira”, mas ainda não consegue apontar precisamente o que seria, por isso descreve. Essa percepção se dá por meio de um conjunto de forças morais inibidoras que se desenvolvem sob a influência da educação durante o processo de socialização. O fato de nunca ter apreendido dos pais, ou de se realizar quase sempre veladamente já é um gatilho mental para a criança compreender essa força moral inibidora. O abuso pode ocasionar, desse modo, uma confusão de sentimentos à vítima em relação ao certo ou errado, envolvendo a criança em uma relação sexual na qual ela não compreende totalmente. O abusador, nesse contexto, busca formas para ter contato ou interação com a vítima, sendo a mesma sujeitada a inúmeras formas de violência.

Chama a atenção, na construção da narrativa do depoimento, iniciar o depoimento situando o pai do primo de 13 anos. Embora inicie a narrativa falando do primo, nas duas frases iniciais, na frase seguinte, o adulto é situado nessa relação. Ainda que estejamos acostumados culturalmente a considerar o marido da tia – quando se fala da irmã da mãe – como tio, na narrativa, há a construção do distanciamento em que a cadeia de referência é “o pai dele” e o aposto, “marido da minha tia”, reconhecimento do parentesco e, portanto,

da proximidade da irmã da mãe, “um idiota”, marcado pelo imperativo do tempo “sempre foi”, uma caracterização do marido da tia como alguém distante e, ao mesmo tempo, alguém que não merece respeito. Segue, nessa caracterização do marido da tia, suas ações na relação de poder que se estabelece entre o adulto e seu prazer “gostava” e os menores constrangidos “as meninas”. Nesse abuso, em que se constitui o prazer de constranger o outro e de nomear o constrangimento como “brincadeiras de abaixar as calças e nos deixavapeladas...”. Percebe-se, ainda, que, embora fosse uma ação “baixar nossas calças” e sua consequência “no deixava peladas diante da família toda” descrita como “brincadeiras”, o que nos traz como possibilidades outras ações do tipo que não está sendo descrita, talvez, por serem menos explícitas. Outro ponto importante, nessa primeira descrição, é a ausência de descrição de qualquer reação da família que fica na posição de espectador e, sob essa perspectiva, é conivente com a ação do adulto, mais especificamente, com o “marido da minha tia”. Por fim, encerra esse primeiro relato com “Esse meu primo é filho dele”. Além disso, nessa constituição do abusador, o primo já se mostra como a família inicia o menor de 13 anos a ser e agir como age dentro desse olhar sobre a masculinidade que se institui na sociedade: assim, o primo de 13 anos aprende a desrespeitar e abusar da prima a partir do exemplo do desrespeito que a ação do pai inaugura. Parece-nos que isso ocorre numa ótica de que a masculinidade do menino se faz sob a necessidade do abuso. Do ponto de vista das posições, temos o marido da tia como agente, as meninas como objeto da ação, a família toda como beneficiária da ação, na medida em que se constitui a ação como brincadeiras, aquele que observa se coloca na posição daquele que se diverte com o constrangimento das meninas nuas.

Ao filho, o primo de 13 anos, coube o verbo implícito do aprender e, portanto, o lugar do aprendiz que se manifesta na atitude do pai que ensina a ser homem pelo abuso do poder que impõe ao outro o constrangimento, no início, e o estupro na sequência. Do observador que aprende com as brincadeiras que leva ao constrangimento do abaixar as calças para as “brincadeiras de beijar na boca e pegar na bunda”, da masturbação na sala, a família novamente conivente, na medida em que o ato ocorre “quando todos estavam na sala, ele colocou o pinto pra fora e começou a mexer nele” assiste ao constrangimento da menina que observa sem compreender “Depois de grande fui entender que aquilo era masturbação”. Observe como o encadeamento das ações aprendidas vão se constituindo na construção da identidade do abusador das “brincadeiras de beijar na boca e pegar na bunda” ao ato de masturbação na presença de todos, ao abraçar e apertar os peitos na surdina “quando não

tinha ninguém por perto” e, por fim, à violência bruta consumada “tirou minha calça e me penetrou”. Coube ao agredido a dor, o silenciamento imposto pelo agressor “ele me tapava a boca. Beijava a força” e a reação “até que mordei”. Agressão que se repete e, por fim, o silêncio imposto a si mesma: “Nunca falei isso para a minha mãe”. Esse silenciamento que ela se impõe é motivado por “medo da reação” da mãe, início do silenciamento que a mulher aprende na sociedade, o silenciamento diante da autoridade, a mãe, em primeiro lugar; depois a própria sociedade, a família, a polícia e o segundo motivo deriva do primeiro medo de a mãe ficar contra ela e esse medo se aprendido acompanha a vítima, pois há sempre o medo da reação da sociedade, da polícia e há sempre o medo da polícia e da sociedade ficar contra a vítima em uma sociedade em que se ensina a ser um abusador.

Além disso, podemos perceber que, já na fase adulta, o locutor já consegue nomear uma das ações do autor da violência: “Depois de grande, fui entender que aquilo era masturbação” (linha 8). Além disso, há uma tomada de consciência, já que, nesse momento, a vítima tem certeza da violência, mas prefere se calar: “Fiquei com medo e não falei para ninguém.” (linhas 8 e 9). Aqui, é possível inferir que, assim como a vítima toma consciência da violência sofrida, ela também tem ciência dos julgamentos que pode sofrer quando resolve denunciar e falar acerca do ocorrido. Logo, há a presença do locutor no período da infância que não sabe nomear o ato, mas o descreve com espontaneidade, pois não é refém das amarras sociais. Em contrapartida, temos o locutor na fase adulta, que tem consciência da violência, sabe nomear o ato, mas prefere silenciar, pois está com “medo” (linha 8). Este receio advém de inúmeros fatores e, neste depoimento, em específico, evidencia-se que um dos grandes catalisadores do medo é o fato de que os responsáveis pela violência fazem parte do ambiente familiar. Logo, a vítima tem uma maior vulnerabilidade por estar em contato constante com os abusadores. Além disso, há o fato de o abusador realizar o ato escondido: “ele vinha sempre quando não tinha ninguém por perto” (linha 10). Assim sendo, a chance de a vítima ser descredibilizada é alta. Logo, ela teme o castigo, o descrédito e a não proteção, mantendo, assim, a omissão dos fatos de forma consciente. Talvez seja por isso que esse relato, como afirmado pela própria locutora, ficou recluso em suas memórias: “Conseguí falar sobre esse assunto depois dos meus 25 anos” (linhas 22 e 23).

Em um segundo momento, a vítima relata um outro caso de violência sexual sofrida por ela aos treze anos de idade. Dessa vez ela nomeia o ato como “estupro” (linha 18) e, mais do que isso, ela descreve e tem consciência das “marcas psicológicas e físicas” (linha

16) decorrentes do ocorrido. Ela aponta que teve que fazer uma cirurgia para retirar as trompas, ficou infértil e ficou com nojo da figura masculina. Além disso, ela ainda afirma que só conseguiu falar do ocorrido aos quinze anos de idade e que os abusadores não foram punidos, além de ser um assunto que “não se comenta de jeito algum” (linha 26). É preciso pensar no sentido da convivência da família que a mulher aprende, embora não verbalize e não processe, que se inicia com as brincadeiras do marido da tia, quando a família assiste ao constrangimento das meninas e à masturbação do garoto passivamente. Essa convivência constitui o medo que habita a menina, violentada antes pelo primo e violentada aos 13 anos pelo pedreiro. Convivência no sentido de que não se quer falar no assunto, como não se quis falar quando se estava diante da violência do constrangimento. O medo da menina resulta desse silenciamento da família que ocorre desde o início quando assiste e se completa com o silenciamento ao tomar conhecimento do estupro do pedreiro aos seus 13 anos e não agir de forma que “Não fizeram ocorrência na época, talvez por medo da repercussão ou por covardia mesmo” e o sentimento de revolta diante do medo da repercussão ou da covardia da família em que se observa que na família “não se comenta de jeito algum”. Esse é o aprendizado do silêncio que a sociedade impõe às mulheres vítimas da violência sexual de qualquer natureza, como o constrangimento, o beijar a força, o apertar os seios e, especificamente, o estupro. Aprendizado do silêncio para as mulheres e da impunidade para os homens abusadores “Nenhum dos dois foi punido” e a convivência obrigatória com o abusador que faz parte da família “e o meu primo, infelizmente, preciso manter contato, pois a família não sabe.”

Ao retratar uma violência do passado, no momento presente, a vítima pode reinterpretar suas experiências passadas e se reapropriar da sua posição subjetiva de vítima. Neste depoimento, a concepção de estupro é atravessada por uma lógica psicológica, segundo a qual o estupro é considerado um evento traumático, com consequências indeléveis e de ampla repercussão na vida da vítima: “foi muito traumático, pois me deixou marcas psicológicas e físicas” (linha 16). Nesse ponto evidencia-se a sujeição do indivíduo/vítima do estupro constrangido socialmente. Na perspectiva da Análise do Discurso, o sujeito não é somente o sujeito individual – aquele particular e vítima do estupro –, mas o que existe socialmente, interpelado pela ideologia que, culturalmente marcada pelo patriarcalismo, coage a mulher. Essa interpelação, no contexto de um abuso sexual, incorre no constrangimento de se falar sobre o abuso, quase que num cenário do que não se pode dizer. É esse sentido submerso, o não dito, que parece emergir, uma vez que o

sentido inferido por meio dos códigos, do que está subjacente à superfície textual pode ser mais relevante do que a informação explícita pretendida inicialmente pela vítima do estupro.

Algo que também marca este depoimento é a impunidade dos agressores: “Nenhum dos dois foi punido” (linha 22). Tal questão deve ser levada em consideração tendo em vista que contribui para o silenciamento das vítimas de estupro, que, por vezes, deixam de denunciar por acreditarem que, ao chegar à esfera judicial, o indivíduo que fez essa ação criminosa fique impune. Nesse ínterim, conforme o perito criminal federal e presidente da Academia Brasileira de Ciências Forenses, Hélio Buchmüller, no artigo crimes sexuais: a impunidade gerada por um Estado omissivo:

Em 2013 e 2014, foram registrados, respectivamente, 51.090 e 47.646 casos de estupros. Temos, dessa forma, que os pouco mais de 12.800 correspondem a cerca de 13% das ocorrências de crimes sexuais em dois anos. Se considerarmos a estimativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de que a ocorrência de estupros pode ser até dez vezes maior do que o total notificado, teríamos algo próximo a 1% de punição (BUCHMÜLLER, 2016, s/p).

As autoridades, em particular as governamentais e do Poder Judiciário, devem criar os meios para reverter esse quadro de subnotificação e impunidade referente aos crimes de estupro. Nesse sentido, ao final do depoimento, outras mulheres estupradas são encorajadas a denunciarem e a buscarem ajuda. Testemunhar acerca da violência sofrida é dar evidência do que aconteceu ou do que se experimentou. Quando se trata da experiência, o testemunho tende a ser um discurso da vítima e este discurso seria projetado no espaço público e, a partir disso, tanto a vítima quanto o agressor seriam algo de julgamentos da sociedade. E, ao realizar a sua narrativa acerca de algo que aconteceu em seu passado individual, a locutora incita outras mulheres a reinterpretarem o seu passado – ou pensar-se como possível vítima no futuro, e a não ficarem em silêncio diante disso.

Percebemos que a tensão entre o público e o privado não é apenas sobre mulheres postando algo íntimo em um ambiente digital. Aqui temos o fato de as mulheres serem subjugadas e violentadas justamente porque a figura feminina é historicamente associada à esfera privada. Contar essas histórias dolorosas, mesmo que anonimamente, é uma forma de quebrar o silêncio da dor e da impunidade. As consequências vão muito além da esfera digital, pois as mulheres hoje encontram um espaço para falar sobre o abuso que vivenciam e, quem sabe, também podem ter a coragem de denunciá-lo a partir de experiências compartilhadas nessa rede de aconselhamento e apoio.

## QUADRO 6 – “(...) mulheres vivenciam isso constantemente”

### Depoimento 3

1 “Meu caso é um dos mais comuns dentro desse tema, acredito que já tenha acontecido com  
2 muitas meninas, principalmente com as que gostam de beber e às vezes passam do limite, como  
3 eu.

4 Foi no final de 2013, eu estava passando por um período de extrema fragilidade emocional,  
5 estava vivendo um namoro abusivo, tinha dado um tempo com esse namorado e estava super na  
6 fossa. Resolvi ir numa festa na UnB [Universidade de Brasília], enchi a cara de catuaba e lá  
7 encontrei um ‘colega’, que veio meio que se declarar para mim. Colega esse que eu não tinha o  
8 mínimo de vontade de ficar, mas, como estava vivendo aquela situação péssima com meu ex-  
9 namorado e esse meu colega tinha todo o estereótipo de fofo e bom moço, resolvi dar uma chance.  
10 Aí fiquei com ele na festa até o final, passei muito do limite na bebida, pegamos um táxi e ele  
11 disse

12 que estava razoavelmente sóbrio e que ia pegar o carro dele em casa, pra me deixar na minha casa.  
13 Topei.

14 Chegamos no bloco dele, e eu me lembro claramente de dizer que não ia subir, que ia esperá-lo  
15 lá embaixo para pegar a chave. Ele me convenceu a subir, com o argumento de que eu deveria  
16 tomar

17 água para ficar menos estragada no dia seguinte. Confiei de novo. Subi, e ele me agarrou pesado,  
18 e

19 a pegação foi ficando mais forte, e eu lembro de dizer claramente que queria que ele parasse. Ele  
20 me ignorou e começou a forçar a barra, e eu fiquei inerte. Não lembro de tudo exatamente, mas  
21 lembro que eu só queria que acabasse logo. Depois fui para casa e, no dia seguinte, o infeliz ainda  
22 me mandou mensagem se dizendo preocupado, querendo saber como estava a minha ressaca.

23 Demorei vários meses pra entender que tinha sido um estupro. Inicialmente fiquei em negação  
24 e me culpei porque, afinal, quem tava ‘bebaça’ era eu. No dia em que me dei conta, eu desabei,  
25 chorei por horas seguidas, não sabia o que fazer. Conte para minha mãe, que também foi  
26 **estuprada**

27 quando criança e, depois, na juventude também. Ela basicamente disse que nós mulheres passamos  
28 por isso constantemente, que isso é uma merda, mas que ficamos mais fortes e calejados por isso.

29 Hoje, anos depois, essa história ainda me afeta e, de vez em quando, eu ainda desabo por  
30 lembrar que passei por isso, que minha mãe passou, que amigas minhas passam, e outras tantas  
31 mulheres vivenciam isso constantemente e, muitas vezes, nem se dão conta. Hoje em dia, eu tenho  
32 raiva dos homens, nojo e medo. Muitos casos (assim como o meu) não são denunciados, muitas  
vezes, porque ficamos nesse estado de negação por muito tempo.

33 A sociedade me ensina que nós somos as culpadas nesse tipo de situação, porque tava bêbada,  
34 pois foi para a balada sozinha, porque tava de short curto e etc. Para mim, isso é o pior, por isso é  
35 muito necessária essa conscientização de que não é nossa culpa. A primeira coisa que as pessoas  
36 fazem é desacreditar a mulher!”

QUADRO 7 – Âncoras referenciais no depoimento 3

ÂNCORAS	<u>Palavra central:</u> “Recorrência” “público-alvo”	<u>Palavra central:</u> “violência”	<u>Palavra central:</u> “tratamento das vítimas”	<u>Palavra central:</u> “negação” “culpa”	<u>Palavra central:</u> “sequelas”
Estupro (linhas 19 e 21)	<i>Meu caso é um dos mais comuns dentro desse tema, acredito que já tenha acontecido com muitas meninas, principalmente com as que gostam de beber e às vezes passam do limite, como eu.</i> (linhas 1 e 2).  <i>outras tantas mulheres vivenciam isso constantemente e, muitas vezes, nem se dão conta.</i> (linhas 25 e 26).	<i>Ele me agarrou pesado, e a pegação foi ficando mais forte, eu lembro de dizer claramente que ele parasse. Ele me ignorou e começou a forçar a barra, e eu fiquei inerte.</i> (linhas 14,15 e 16).	<i>Contei para minha mãe, que também foi estuprada quando criança e, depois, na juventude também. Ela basicamente disse que nós mulheres passamos por isso constantemente, que isso é uma merda, mas que ficamos mais fortes e calejadas por isso.</i> (linhas 21,22 e 23).	<i>Demorei vários meses pra entender que tinha sido um estupro. Inicialmente fiquei em negação e me culpei.</i> (linhas 19 e 20).	<i>Essa história ainda me afeta.</i> (linha 24).  <i>eu ainda desabo por lembrar que passei por isso.</i> (linha 25).  <i>Muitos casos (assim como o meu) não são denunciados.</i> (linha 27).

O terceiro depoimento começa com uma constatação no que se refere à temática do estupro. A locutora, em primeira pessoa, aponta que os casos de estupro são comuns, “principalmente com as meninas que gostam de beber e às vezes passam do limite, como eu” (METRÓPOLES, 2017). Desse modo, além de fazer uma afirmação apontando um público alvo para os abusos sexuais (“meninas que gostam de beber”), a locutora se inclui nesse grupo.

Chama a atenção o modo como o depoimento se inicia. Primeiro, a narradora opta por substituir o nome “estupro” por um item lexical que mitiga a sua força, deixa de ser “meu estupro” para ser “meu caso”; segundo, por afirmar ser “um dos mais comuns”. O adjetivo comum nessa estrutura afirma não só que essa violência ocorre com frequência, como a aceitação do ato pela sua repetição como “comum”. Parece-nos que para essa violência ser comum, é necessário que ela não cause mais estranhamento, na medida em que “já tenha acontecido com muitas meninas”. Importante observar aqui o apagamento do estupro por sua substituição por itens lexicais com menor potencial semântico para a violência, como se observa pelo processo de referenciação “meu caso”, “tema”.



A opção pelo nome “tema”, a violência do em estupro vira assunto, objeto de que se fala e, na sequência, o verbo acreditar institui o fato ainda que “um dos mais comuns” se torna uma crença do sujeito. Na estrutura subjuntiva “tenha acontecido”, a elipse reforça esse apagamento da violência do estupro e o processo de referência das vítimas se inicia com sua categorização como paciente de um acontecimento, mas não de uma ação. Como se percebe nessa estrutura, “tenha acontecido”, esse apagamento da ação implica, conseqüentemente, no apagamento do agente, o estuprador, na medida em que não há ação, mas evento. Assim, o nome quantificado “muitas meninas”, ainda que representado como paciente de um evento, que não é descrito como estupro. Há um silenciamento da violência do estupro efetivado por esses vários movimentos enunciativos do sujeito narrador. Um outro ponto que chama a atenção, nesse início de narrativo, diz respeito ao modo como o enunciador sustenta sua fala com o item lexical “principalmente”, cuja raiz retoma a noção de principal assumindo assim o argumento usado nos diversos discursos contra as vítimas para inocentar os estupradores; ou seja, aquele de que o acontecimento ocorreu mais vezes, é mais comum, com no caso dela com as meninas que “gostam de beber e às vezes passam do limite, como eu”. Assim, chama a atenção a narradora começar seu depoimento assumindo esse lugar de fala como se isso pudesse se constituir como um fato natural e não como se reproduzisse o discurso que se produz e atravessa a sociedade acerca dos atos de violência contra as mulheres. Isso fica claro quando se considera, como observamos acima, que o enunciador assume a primeira pessoa “meu caso”, “acredito” e a estrutura comparativa “como eu”. para falar e, ao fazer isso, assume uma posição diante do fato que descreve. Reproduz-se na sua fala o discurso em que as mulheres sofreram violência para não saberem se comportar; ou seja, aquelas “que gostam de beber e às vezes passam do limite, como eu”. Chama atenção que se, por um lado, na narrativa não haja uma crítica ao beber sem limites, mas apenas uma descrição desse fato; por outro, não há um posicionamento contrário a essa ideia de que esse comportamento possa ser motivo e, portanto, justifique a violência sofrida por essas “muitas meninas”.

O relato é iniciado por meio de uma marcação da temporalidade do ocorrido como tendo sido ao final de 2013, momento no qual a vítima vivenciava um relacionamento abusivo e, por isso, resolveu ir a uma festa na Universidade de Brasília. Embora seja lícito que se possa ir a uma festa e que isso não justifique o fato de ter sofrido um abuso sexual, apresenta-se como efeito de sentido a necessidade de explicar o motivo de estar naquele

local. Após isso, tem-se a seguinte afirmação: “enchi a cara de catuaba e lá encontrei um ‘colega’ que veio meio que se declarar para mim” (linha 5). A locutora afirma que não tinha “a mínima vontade de ficar” com o agressor, mas, novamente, aponta, como justificativa de ter ficado, a situação que estava vivenciando com o ex-namorado e o fato de o colega ter “todo o estereótipo de fofo e bom moço”. Percebe-se a necessidade da vítima de justificar seus atos como sendo uma estratégia discursiva com vistas a atenuar a presença de uma desigualdade que tende a encontrar defeitos em vítimas de estupro.

Ao afirmar que o colega tinha um “estereótipo de fofo e bom moço”, é possível entrever uma visão social que acredita que os homens que cometem estupro são facilmente identificáveis, por meio da crença de que todos eles sejam desconhecidos, rudes, sujos ou mal vestidos etc.

O depoimento trata, ainda, a respeito da representação da identidade feminina, principalmente no tocante ao seu comportamento perante a sociedade: “Meu caso é um dos mais comuns dentro desse tema, acredito que já tenha acontecido com muitas meninas, principalmente com as que gostam de beber e às vezes passam do limite, como eu” (linhas 1 e 2). Por meio deste trecho que dá início ao depoimento, infere-se que mulheres que gostam de beber muito estariam sujeitas a serem estupradas do que aquelas que não bebem. Desse modo, o foco deixa de estar na figura do estuprador e estaria no comportamento da mulher que, ao beber, estaria mais propensa a ser estuprada.

Nesse caso, temos a presença de um discurso no qual o sujeito mulher é posto como seu próprio algoz, comportando-se de forma a provocar o estupro, e o sujeito estuprador é visto como sendo a vítima daquela que, por “não se comportar” adequadamente, produziu sentidos de disponibilidade que não poderiam deixar de ser aproveitados pelo homem, dada sua condição de “macho”. Temos, desse modo, o silenciamento do agressor e da violência praticada devido à presença desse discurso do merecimento do estupro. Assim, a locutora, atravessada pelo discurso machista, acaba proferindo um discurso de aceitação do estupro como prática provocada pela mulher.

Em um segundo momento, temos a visão do estupro como sendo um recurso pedagógico e uma experiência de fortalecimento: “nós mulheres passamos por isso constantemente, que isso é uma merda, mas que ficamos mais fortes e calejados por isso” (linha 23). O trauma, nesse sentido, é pensado como fundando a identidade de um indivíduo que pode passar de vítima a sobrevivente, tornando-se alguém que passou por um evento terrível, mas superou e ajuda outras pessoas a enfrentarem seus traumas. Desse

modo, é assegurada a possibilidade de naturalização e de superação da violência e da dor. Percebe-se, assim, a presença do discurso do conformismo que, juntamente com o discurso moral, defende o aprendizado através da dor e da violência. O depoimento, ainda, nesse momento, aciona apenas a estuprada, o estupro é apagado. Nesse caso, o estupro acaba adquirindo um perfil de moralizador e a mulher acaba sendo reduzida pelo gesto violento do estupro visto como sendo responsável por torná-la uma pessoa mais forte e resiliente. Novamente, tem-se a presença de um caráter pedagógico do estupro, que posiciona o sujeito mulher como submisso à violência sexual e, nesse sentido, deve aprender a conviver com essa realidade e, mais do que isso, enxergá-la como sendo uma punição educativa.

Além disso, é evidenciado que a vítima aponta que ficou em estado de negação da violência durante vários meses e ainda se culpou pelo ocorrido: “Demorei vários meses pra entender que tinha sido um estupro. Inicialmente fiquei em negação e me culpei” (linhas 19 e 20). Nesse caso, infere-se que as mulheres, vitimadas dos crimes de estupro, possuem a tendência de serem culpabilizadas por parte da sociedade devido ao seu comportamento, pois, suas palavras passam por um juízo de valoração nesses crimes; acabam, muitas vezes, sendo questionadas. Tal fato pode ser comprovado a partir do seguinte trecho: “A sociedade me ensina que nós somos as culpadas nesse tipo de situação, porque tava bêbada, pois foi para a balada sozinha, porque tava de short curto e etc” (linha 29). Por isso, atentamos acima para o modo como se inicia a narrativa desse depoimento, pois ainda que ela termine sua fala com esse comentário de que “a sociedade me ensina que nós somos culpadas...”, essa culpabilidade está, de certa forma, tão entranhada, que ela descreve na chegada ao apartamento que “ele me convenceu a subir...” e “confiei de novo”. O que há de interessante nesses dois verbos é que o verbo “convencer” pressupõe uma racionalidade no outro, mas pressupõe uma aceitação do outro e, portanto, caracteriza um lugar de poder que se desempenha, não pela força, mas pelo discurso. E muitas vezes, o ser convencido livra o outro da acusação de ter forçado a situação e mais adiante continua “confiei de novo” e essa estrutura é interessante por que primeiro reafirma a si mesma como responsável, afinal foi convencida, não deveria ser e confiou, não deveria ter confiado e a expressão “de novo” reafirma esse sentir-se culpada por ter sido enganada, pois se fui convencida – eu não queria fazer o que fiz, mas fiz porque o outro me fez fazer e aceitei e se confiei de novo – eu não deveria ter confiado antes e agora confiei uma nova vez – o que implica pensar que havia motivo para desconfiar como se percebe pela expressão “de novo”. Essa expressão

“confiei de novo” assume grande importância para o seu processo de culpabilização que se percebe pela quantidade de verbos de ação utilizados em primeira pessoa, como se percebe na seguinte cadeia iniciada a partir da negação de interesse pelo colega “eu não tinha o mínimo de vontade de ficar” e sob determinadas circunstâncias que descreve acerca de si mesma “fragilidade emocional”, diante de um “namoro abusivo” e “estava super na fossa”. Nessa descrição inicial, a narradora constrói todas as condições que justifiquem sua atitude e, como tal, servirá para que se cumpra o jogo da culpa instituída sobre a mulher quando sofre a violência. Seguem a cadeia de processos verbais que descrevem suas ações “resolvi ir numa festa na UnB”, “enchi a cara de catuaba”, “encontrei um ‘colega’”, que ela marca com aspas, o que traz determinados efeitos de sentidos de que ele não era colega, mas interessado nela como descreve logo depois. Esses detalhes são importantes na construção de seu sentimento de culpa, por saber que o colega tinha interesse nela, mas com quem “não tinha o mínimo de vontade de ficar”: há que considerar aqui a semântica que o verbo ficar adquiriu como estar com outro em uma relação ocasional sem possibilidade de continuar um relacionamento. A descrição da sua situação, como observamos acima, leva a “resolvi dar uma chance”, o que nesse conceito equivale a “ficar” com ele “Aí fiquei com ele na festa até o final”. Essa narrativa, portanto, visa construir as condições para o acontecimento construindo a responsabilidade de si sobre a violência sofrida. A sequência “fiquei com ele”, “passei muito do limite” expressa a consciência que a narradora tem de sua situação. Primeiro momento que justifica a primeira confiança ocorre com o verbo em primeira pessoa “topei”; ou seja, após a justificativa do colega de que iria pegar o carro para levá-la para a casa, ela confiou, acreditou naquilo que ele disse e topou. Segue a sequência comentada acima com “ele me convenceu a subir”, esse convencimento implica confiar que o colega serve a ela um copo de água. Segue o “confiei de novo”. O que buscamos demonstrar aqui é que na narração que retoma seu passado, a memória constrói um sujeito que estava desconfiado desde o início e que arranhou várias razões para se deixar convencer das intenções de um colega com quem não pretendia ficar. Pode-se perceber o discurso que atravessa a construção da violência na sociedade: primeiro, ao homem “ele me agarrou pesado” e à mulher “lembro de dizer claramente que queria que ele parasse” e, novamente, ao homem ignorar os desejos da mulher “Ele me ignorou e começou a forçar a barra”. Importante que o “dizer claramente” vem em resposta à produção discursiva de que quando a mulher diz “não”, ela não quer necessariamente dizer “não”, mas está se fazendo de difícil. Coube a ela suportar o fim “fiquei inerte” e “só queria que acabasse logo”. Mas

também, essa narrativa reproduz o enredo que a sociedade utiliza para culpar a mulher da violência que sofre, na medida em que constitui a mulher em uma situação de fragilidade emocional que confia no homem mais de uma vez e, ao dizer isso, ela mostra que no fundo desconfiava das suas intenções. Do verbo “confiar” que presume um estado sentimental em que a razão entra necessariamente para a situação de ser convencida, o que implica que a mulher tinha consciência de que não devia ceder, mas cedeu e deu as condições para acontecer a violência. Assim, o discurso se fecha sobre a mulher e reproduz os lugares sociais em que a mulher é a caça e o homem o caçador, independente das armas que se use. Ter confiado e ter sido convencida serão argumentos a serem usados em favor do agressor.

Percebe-se, portanto, a presença de um posicionamento que defende que o silenciamento das vítimas de abuso sexual pode ser motivado pelo medo da reprovação social vivida por elas, a dificuldade em comprovar a ocorrência desse crime, a ausência de conhecimento sobre a legislação, a ausência de condições da vítima de entender a gravidade do estupro, a crença de que a vítima poderia ser considerada culpada pelas ações do abusador, os impedimentos de falar a respeito do assunto diante das autoridades policiais ou, até mesmo, a vergonha de ser submetida a uma investigação para comprovação da materialidade do crime.

Observa-se que o modo como os discursos constroem a masculinidade, o colega não se percebe como agressor a ponto de ligar no dia seguinte para saber como estava a ressaca: poderia pensar que ele não considerou a lembrança que a mulher tinha da agressão ou que, para ele, aquilo que ocorreu não foi uma agressão, mas um ato consentido de alguém que aceitou parar na seu apartamento, subir para tomar água, depois de ficar até o final de uma festa bebendo com ele. O discurso constitui esse lugar para o homem e um outro lugar para a mulher, cabendo ao homem a ação de fazer, o que implica usar de todos os recursos para convencer a mulher a entrar em sua casa e consumir a violência pretendida sob o discurso de que a mulher não foi até seu apartamento forçada. Como a violência se constituiu a partir da confiança que a levou a entrar no apartamento e como ela estava sem condições de ter consciência do ato em si como violência, ainda que tenha dito que ele forçou a barra, a vítima conclui que levou um tempo para perceber o estupro e que primeiro negou, depois se culpou, porque “quem tava ‘bebaça’ era eu” e assim reproduz o discurso social que atribui à vítima a violência sofrida. Assim, ao tomar consciência da violência do estupro e conta sua história para sua mãe percebe que faz parte de uma série de mulheres violentadas. Não há, mesmo quando se toma consciência do estupro, um movimento discursivo em direção ao

outro agressor, mas apenas a aceitação de uma sina, o que faz com que a violência sofrida, assim com a violência contra as mulheres seja naturalizada, normalizada na sociedade em que vive. E, pior, como se a violência pudesse gerar algo positivo conclui que “nós mulheres passamos por isso constantemente, que isso é uma merda, mas que ficamos mais fortes e calejados por isso.”. Novamente, não se fala dos estupros sofridos pelas mulheres que aparece na narrativa por meio do pronome “isso”. Sua força e seu calejamento, metáfora para afirmar sua experiência de vida, sua resiliência não deriva de sua capacidade de agir, ser agente, mas do fato de ser paciente da violência do outro. Reconhece-se essa força obtida sob o trauma da violência “essa história ainda me afeta”, “eu ainda desabo por lembrar que passei por isso”, “eu tenho raiva dos homens, nojo e medo”.

#### QUADRO 8 – “(...) eu morria todas as vezes que ele dizia ‘chupa’”

##### Depoimento 4

1 “Tudo começou quando eu tinha uns 6 ou 7 anos e durou até meus 10 ou 11. Meu tio (irmão da  
2 minha mãe) morava com a gente (morávamos minha mãe, meus irmãos e ele; meu pai nos  
3 abandonou bem antes disso). Minha mãe trabalhava de segunda a segunda para sustentar a gente, e  
4 nisso deixava esse tio para cuidar de nós. E era aí que acontecia. Eu não me lembro como  
começou.

5 Eu só lembro que acontecia frequentemente. Ele me tocava e me fazia tocar ele. Mandava fazer  
6 sexo oral nele. Era o que mais acontecia. Chegou um momento em que, em todos os lugares que  
7 íamos, minha mãe estando ou não, ele me mandava fazer isso.

8 Na chácara do meu avô, ele me levava para a plantação de laranja que tinha lá e me fazia fazer  
9 oral nele. Na casa da minha bisavó, ele me acordava no meio da noite para fazer a mesma coisa.  
10 Eu não tinha coragem de fazer ele parar. Eu tinha medo, muito medo.

Quando eu tinha uns 8 anos, ele se casou. E aí pensei que pararia. Mas não parou. Ele se  
mudou,

10 mas todas as tardes ligava no telefone fixo da minha casa, para falar comigo, e aí dizia que sentia  
11 minha falta, que sentia falta da minha boca nele, que a mulher dele não fazia igual. Foram anos  
12 assim. Até que um dia ele cansou. Acontecimentos mais tarde me fizeram saber porque ele cansou.  
13 Passou-se um tempo, eu ainda vivia com medo. Eu tinha medo que alguém descobrisse, que minha  
14 mãe descobrisse. Sempre que ela alterava o humor, eu jurava que era porque ela tinha descoberto.  
15 Eu me vestia igual homem, eu só vivia trancada no quarto. Eu tinha ódio das pessoas.

16 Aos meus 15 anos, minha irmã de 11 anos falou para a minha mãe que ele tinha **estuprado** ela.  
17 Minha mãe morreu por dentro aquele dia. O que aconteceu foi que ela foi na casa dele, o que era  
18 normal, brincar com as filhas dele. E aí ele a **estuprou**. Em mim ele não tinha penetrado, mas nela

19 penetrou.

20 Minha mãe foi para a justiça. Todo mundo da família da parte da minha mãe parou de falar  
21 com ela nesse momento. Ninguém acreditou. Minha avó e meu avô ligavam xingando minha mãe.  
24 Minha mãe sofreu pelo que a filha sofre e por não ter tido apoio nenhum. Até aí, eu ainda não  
tinha

25 contado sobre mim. Até que um dia, por essa mesma época, em uma noite, eu tive um colapso e  
26 contei para a minha mãe. Ela morreu pela segunda vez. Fomos levar meu caso para a justiça  
27 também. Minha irmã e eu tivemos que depor muitas vezes na psicóloga da polícia.

28 Acho que por isso meu testemunho se tornou tão automático. Eu tive que recontar diversas  
29 vezes. Fizemos testes de virgindade da polícia. Eu ainda tinha o hímen, mas a minha irmã não.  
30 Minha mãe preferiu não contar a ela isso, que a virgindade dela já era. Ah, é definitivamente, ele  
31 tinha parado de **abusar** de mim porque eu já estava crescendo. Ele é um pedófilo. Então cansou de  
32 mim e foi para a sobrinha mais nova. Eu me sinto culpada pelo que aconteceu com a minha irmã.  
33 Eu não tive a coragem dela e me calei.

34 Depois de um tempo, teve o julgamento. Foi horrível. Eles me colocaram em uma sala com a  
35 psicóloga, uma câmera e um microfone. Tudo que eu dissesse, meu tio veria da outra sala. E a  
minha  
36 mãe também. Eu odiei que minha mãe pudesse ouvir. A dor que ela estava sentindo... meu Deus!  
E

37 aí tive que contar tudo de novo. No meio da audiência, o advogado do meu tio citou outro **abuso**  
38 que eu havia sofrido, dessa vez, por um filho adotivo da minha avó. O advogado usou isso como  
39 defesa. Disse que eu estava confundindo o meu tio com outro homem, mas eu não estava. O  
primeiro  
40 fez isso comigo duas ou três vezes, o meu tio fez minha infância inteira. Mas não quiseram saber  
41 disso. Minha irmã também teve que depor, e, mesmo ela contando tudo o que aconteceu com ela,  
42 simplesmente ignoraram tudo. Enfim, o processo foi arquivado. Todo o nosso trabalho, todas  
vezes

43 que tivemos que depor, toda a dor da minha mãe, não deu em nada.

44 Ele tem duas filhas, e eu tenho medo que elas tenham passado por isso. A família, aos poucos,  
45 voltou a falar com minha mãe, mas são todos uns falsos. Todos eles apoiam esse meu tio. O meu  
46 pai, na época, comentou que a culpa era nossa. Foi horrível...

47 Hoje tenho 21 anos e já fui diagnosticada com depressão, ansiedade e síndrome do pânico.

48 Sabe o que é a síndrome do pânico? É eu respirar e pensar que tem alguém me seguindo. É estar  
49 sozinha em casa, piscar e jurar que tem alguém me **estuprando**. É passar dias e noites trancada,  
50 sozinha, no banheiro chorando porque não consigo sair, porque tenho medo da minha sombra. Eu  
51 tremo, meu coração acelera, é como se eu fosse morrer. Tive que tomar tarja preta, mas larguei.  
Não

52 posso assistir a determinados tipos de filmes. Eu terminei com meu namorado porque, uma hora,  
53 ele cansou de lidar com minhas crises de pânico e ansiedade. Tenho medo de ter que terminar meu  
54 novo relacionamento pelo mesmo motivo.

55	Às vezes, quando meu namorado me toca, eu paraliso de medo. Às vezes choro, peço para ele
56	não me ver, não me tocar, porque eu tenho medo. Às vezes, no simples toque dele, eu penso que
57	vou morrer. Mas tenho mais medo ainda de um dia ter uma filha. Foi por esse motivo que decidi
58	que não quero ter filhos, inclusive.
59	Se minha irmã não tivesse contado pra minha mãe, eu nunca teria contado. <u>Minha mãe não sabe</u>
60	<u>a forma como me sinto, porque se eu contar, ela morre.</u> Assim como <u>eu morri todas as vezes que</u>
61	<u>ele me dizia 'chupa';</u> assim como <u>eu tive a pior morte da minha vida no dia que contei pra minha</u>
62	<u>mãe e ela disse: 'a culpa é toda minha'.</u>
63	Enquanto eu tenho crises de pânico, pesadelos, <u>não consigo me envolver com ninguém,</u> tenho
64	ansiedade e depressão, <u>outros zombam de mim, da minha mãe, desacreditam a gente, abandonam</u>
65	<u>a gente.</u> E a gente faz o quê? Sobrevive.”

QUADRO 9 – Âncoras referenciais no depoimento 4

ÂNCORAS	Palavra central: “violência”	Palavra central: “tratamento das vítimas”	Palavra central: “culpa”	Palavra central: “sequelas”
Estupro e abuso (linhas 18, 20, 31, 37 e 49)	<p><i>Ele me tocava e me fazia tocar ele. Mandava fazer sexo oral nele. Era o que mais acontecia.</i> (linhas 5 e 6).</p> <p><i>Eu não tinha coragem de fazer ele parar. Eu tinha medo, muito medo.</i> (linhas 9 e 10).</p> <p><i>Em mim ele não tinha penetrado, mas nela penetrou.</i> (linhas 20 e 21).</p> <p><i>Eu morri todas as vezes que ele me dizia 'chupa'.</i> (linhas 60 e 61).</p>	<p><i>Eu tinha medo que alguém descobrisse, que minha mãe descobrisse.</i> (linhas 15 e 16).</p> <p><i>Minha mãe sofreu pelo que a filha sofre e por não ter tido apoio nenhum.</i> (linha 24).</p> <p><i>Eu não tive a coragem dela e me calei.</i> (linha 33).</p> <p><i>Fomos levar meu caso para a justiça também.</i> (linhas 26 e 27).</p> <p><i>Mesmo ela contando tudo o que aconteceu com ela, simplesmente ignoraram tudo. Enfim, o processo foi</i></p>	<p><i>Eu me sinto culpada pelo que aconteceu com a minha irmã.</i> (linha 32).</p> <p><i>O meu pai, na época, comentou que a culpa era nossa.</i> (linhas 45 e 46).</p>	<p><i>Foram anos assim. Até que um dia ele cansou.</i> (linhas 13 e 14).</p> <p><i>Eu me vestia igual homem, eu só vivia trancada no quarto. Eu tinha ódio das pessoas.</i> (linha 17).</p> <p><i>Minha mãe morreu por dentro aquele dia.</i> (linha 19).</p> <p><i>Ninguém acreditou. Minha avó e meu avô ligavam xingando minha mãe.</i> (linha 23).</p> <p><i>Hoje tenho 21 anos e já fui</i></p>



		<i>arquivado. (linhas 41 e 42).</i>  <i>Minha mãe não sabe a forma como me sinto, porque se eu contar, ela morre. (linhas 59 e 60).</i>  <i>Outros zombam de mim, da minha mãe, desacreditam a gente, abandonam a gente. (linhas 64 e 65).</i>		<i>diagnosticada com depressão, ansiedade e síndrome do pânico. (linha 47).</i>  <i>Não consigo me envolver com ninguém. (linha 63).</i>
--	--	--	--	--

No depoimento 4, tem-se a trajetória de uma vítima de estupro que foi violentada durante anos: “Tudo começou quando eu tinha uns 6 ou 7 anos e durou até meus 10 ou 11”. Tempos depois, a irmã de 11 anos que também teria sido estuprada: “aos meus 15 anos, minha irmã de 11 anos falou para a minha mãe que ele havia estuprado ela.” (linha 18). Trata-se de um acontecimento em contexto intrafamiliar, pois o tio teria sido o responsável pelo ato. E, além disso, a vítima ainda teria enfrentado a incredulidade e a zombaria de outras pessoas: “outros zombam de mim, da minha mãe, desacreditam a gente” (linha 64).

A locutora retoma a infância e inicia o depoimento descrevendo o ocorrido: “Ele me tocou e me fazia tocar nele.” (linha 6) e aponta que tal fato ocorria com frequência. Além disso, há a presença da impunidade, pois o estupro foi quem optou por cessar a violência, não teve nenhuma intervenção externa para conter o crime: “Foram anos assim. Até que um dia ele cansou.” (linhas 13). A locutora ainda relata que, quando ela tinha 15 anos, o mesmo estupro violentou a sua irmã: “Aos meus 15 anos, minha irmã de 11 anos falou para a minha mãe que ele tinha estuprado ela.” (linha 18). Ela afirma que tinha medo de relatar o ocorrido e que se sente culpada pelo que aconteceu com a irmã.

Neste depoimento, assim como nos outros, percebe-se a predominância da culpabilização da vítima de estupro e o fato de se tratar de um contexto intrafamiliar reforça tal questão. Além disso, a impunidade e o descrédito em relação à palavra da vítima marcam o depoimento. A locutora retrata a dificuldade que enfrentou ao depor durante o julgamento acerca do ocorrido, o julgamento da família e, ainda, relata as sequelas deixadas pela violência sofrida.

Tal depoimento desconfigura o ideário de que o estupro é cometido somente por um desconhecido, e difunde que é, também, um crime praticado por familiares e conhecidos

das sobreviventes. No entanto, quando a agressão sexual não corresponde à narrativa de que o "estupro de verdade" envolve um homem desconhecido em um lugar público que penetra violentamente uma mulher que, por sua vez, resiste, pode ser difícil para a família e, até mesmo para a sobrevivente, perceber que isso era, de fato, uma agressão sexual. Afinal, o cérebro categoriza as experiências de acordo com o que nos foi ensinado sobre o que elas significam e como elas se dão.

### 3.4 As avaliações construídas pelos atores sociais

A análise da prática social consiste na ligação entre as análises da prática discursiva e da prática textual, evidenciando questões relativas à ideologia, hegemonia e relações de poder. Percebemos, assim, que, em alguns momentos do discurso, há contradições na tentativa de retratar o estupro em defesa da vítima.

No quadro a seguir, apresenta-se o posicionamento do enunciador 1 e do enunciador 2 em relação ao abuso sexual e seus desdobramentos:

QUADRO 10 – Avaliação do estupro

Locutor 1	Locutor 2
1) “Não fazia a mínima ideia do que estava fazendo, mas <b>nunca disse ‘não’.</b> ”	1) “Subi, e ele me agarrou pesado, e a pegação foi ficando mais forte, e eu <b>lembro de dizer claramente que queria que ele parasse.</b> ”
2) “Até hoje <b>me culpo</b> por não ter dito ‘não’.”	2) “Demorei vários meses pra entender que tinha sido um estupro. Inicialmente <b>fiquei em negação e me culpei.</b> ”
3) “Logo depois que o abuso aconteceu, <b>me isolei de tudo, chorava muito, não conseguia me relacionar com ninguém.</b> ”	3) “Hoje em dia, eu <b>tenho raiva dos homens, nojo e medo.</b> ”

<p>4) “A única vez que consegui procurar tratamento para isso, o <b>PSICÓLOGO mudou de assunto e disse que eu já tinha superado se falava tão fácil</b>”.</p>	<p>4) “Contei para minha <b>MÃE</b>, que também foi estuprada quando criança, depois, na juventude também. Ela basicamente disse que <b>nós mulheres passamos por isso constantemente, que isso é uma merda, mas que ficamos mais fortes e calejadas por isso.</b>”</p>
---	---

Os fragmentos enumerados como **1**, referentes aos depoimentos em análise, são trechos nos quais a vítima faz menção ao fato de ter negado o ato sexual ou não. No primeiro fragmento, tem-se a afirmação “Não fazia a mínima ideia do que estava fazendo”, percebe-se, posteriormente, a presença de uma conjunção adversativa “mas” introduzindo a construção lexical “nunca disse ‘não’”. Tal organização estrutural sugere que, mesmo que a vítima não tivesse o entendimento de que estava sendo abusada sexualmente, ela teria que, claramente, dizer “não”. Já, no segundo fragmento, o locutor “lembra claramente de dizer que ele (agressor) parasse”. O sentido que emerge aqui, portanto, é de que é o “sim” e o “não” que vão pender na balança do que pode caracterizar ou não o estupro.

Os fragmentos **2**, por meio das construções lexicais, “Até hoje **me culpo**” e “**me culpei**”, possibilitam entrever, em ambos os casos, a presença da culpabilização da vítima, que se trata do ato de desvalorizar uma vítima de crime, considerando-a responsável pelo acontecido. É importante pontuar que é comum que as vítimas de estupro não resistam fisicamente porque estão inconscientes, aterrorizadas ou fisicamente paralisadas. Em um estudo de 2017 com mulheres que foram a uma clínica de emergência em Estocolmo, “70% relataram a chamada imobilidade tônica, uma paralisia temporária e involuntária decorrente de um medo intenso” (RO, 2018, s/p). Essas mulheres não consentiram passivamente. Seus corpos reagiram biologicamente à ameaça. As vítimas, portanto, podem estar inconscientes nos dois sentidos: (1) não tem consciência do que está acontecendo (2) não estão em si, incapazes de pensar para agir, fora de si, sem consciência, como quando se está sob o efeito de bebidas alcoólicas ou em estado de choque, ou sob violência, desmaiada.

Além disso, em um dos fragmentos enumerados como **2**, (“Demorei vários meses pra entender que tinha sido um estupro. Inicialmente **fiquei em negação e me culpei**”), é perceptível, por parte da vítima, a presença de um estado de negação do estupro. Isso ocorre porque, como a agressão sexual pode ir contra a crença da vítima, o cérebro às vezes reage com a negação - como em outros casos de choque traumático. Da mesma forma que o

cérebro pode neutralizar qualquer outro choque ou trauma com negação, pode ser mais reconfortante acreditar que não foi realmente estupro.

O estereótipo persistente do "estupro de verdade" envolve um homem desconhecido em um lugar público que penetra violentamente uma mulher que, por sua vez, resiste. Quando a agressão sexual não corresponde a essa narrativa, pode ser difícil, até mesmo para a sobrevivente, perceber que isso era, de fato, uma agressão sexual. Afinal, o cérebro categoriza as experiências de acordo com o que nos foi ensinado sobre o que elas significam. Em suma, o estupro pode ser legitimado dependendo de quais sujeitos estejam fazendo parte da narrativa. Assim, observamos que o fenômeno ora é reduzido ao domínio do cognitivo, ora ao domínio do social, quer dizer, a representação de um violador socialmente estereotipado se confunde, às vezes, a partir da experiência objetiva e familiarizada do abuso (que se dá no âmbito das relações parentais). Essa mesma operação que constrói um objeto com base na representação que se faz sobre ele (sobre o violador/ abusador e sobre a âncora do estupro) é também constitutiva do sujeito violado no discurso construído. Isso significa que esse sujeito violado que tem dificuldades em lidar com o sentimento de culpa, ao mesmo tempo em que colabora com suas experiências e conhecimentos para a construção do discurso que faz sobre o violador e sobre a experiência do estupro, se constrói e atualiza ou reafirma essas experiências e conhecimentos a partir do discurso, como que uma maneira de lidar com as emoções do ocorrido.

Em ambos os depoimentos (fragmentos 3), emergem como efeitos de sentido os abalos que o estupro causou no modo de vida das vítimas, por meio de consequências de longo prazo, debilitando sua capacidade de relacionamentos pessoais, alterando seu comportamento e seus valores e gerando repulsa ou medo da figura masculina. Conforme Taborda et al. (2016, p. 557), o estupro “pode afetar profundamente a saúde física e mental, a curto e longo prazo, contribuindo para cargas maiores de problemas de saúde entre as sobreviventes”. Ademais, os autores afirmam que, mesmo anos após o evento, mulheres expostas ao estupro têm taxas mais elevadas de utilização de serviços de saúde em comparação àquelas sem histórico de estupro.

Nos dois depoimentos (fragmentos 4), tem-se a posição enunciativa de psicólogo e de mãe, respectivamente. Nos relatos, não há reprodução *ipsis litteris* das palavras originais, mas, sim, a projeção, na forma de uma paráfrase, do sentido da locução apresentada no texto-fonte.

As figuras do psicólogo e da mãe são trazidas como sendo meio de desabafar e buscar tratamento, amparo e suporte em relação ao ocorrido. Contudo, tais enunciadores não correspondem às expectativas iniciais, já que o primeiro (enunciador-psicólogo) muda de assunto e faz uma afirmação, sem respaldo científico, apontando que a vítima já “havia superado se falava tão fácil”. E, no segundo caso, o enunciador-mãe, embora tivesse, também, sido vítima de abuso sexual, naturaliza o ato apontando, por meio de um eu inclusivo, que “nós mulheres passamos por isso constantemente”. E, mais do que isso, ao afirmar que “ficamos mais fortes e calejadas por isso”, é trazido, ao interior do enunciado, um posicionamento favorável em relação às consequências do estupro. Percebe-se, portanto, tanto no enunciador-psicólogo quanto no enunciador-mãe, a marcação de posicionamentos a respeito do comportamento da vítima, o que acaba tirando o foco de que há um agressor que agiu por escolha própria e contra a vontade da mulher em uma situação que ela estava vulnerável.

## PRODUZINDO UM EFEITO DE CONCLUSÃO

Pretende-se aqui produzir um efeito de fim, mas sem a pretensão de fechar o texto com uma conclusão definitiva. Trata-se de uma problemática que deve seguir em aberto e promover mais discussões. Assim como o conhecimento social é inevitavelmente parcial, pela abrangência desse objeto, dos diferentes quadros teórico-epistemológicos que o definem e da dinamicidade com que se dão as articulações em constante variação dos elementos que o constituem, a análise sociodiscursiva textualmente orientada é inevitavelmente seletiva, no sentido de que se escolheu responder, sem quaisquer afirmações definitivas, determinadas questões sobre um evento social e textos nele envolvidos e, com isso, abriu-se mão de outras questões possíveis, o que não quer dizer que sejam menos importantes.

Esses objetivos, ora retomados, evidenciam a exequibilidade do trabalho e a consecução das pretensões assumidas. Assim, buscou-se identificar as anáforas indiretas utilizadas no processo de referenciação do estupro; comparar, com base nas anáforas indiretas identificadas, as avaliações construídas pelos diferentes atores sociais trazidos para dentro dos depoimentos; e verificar os diferentes discursos envolvidos nesse processo de argumentação e referenciação.

Nos depoimentos analisados, observamos, via anáforas indiretas, a presença das âncoras “estupros” e “abuso”, que possibilitaram entrever a presença de referentes a elas associados, que vão sendo reconstituídos à medida que o texto vai sendo desenvolvido. Viu-se, a partir disso, que os depoimentos analisados são divididos em três eixos temáticos: (1) Trajetória de vida como constituição da identidade social (depoimentos 1 e 2); (2) Caráter pedagógico do estupro (depoimento 3); (3) Culpabilização da vítima de estupro em contexto intrafamiliar (depoimento 4). Esses relatos são construídos fazendo uso de elementos do texto narrativo que traduzem a experiência do estupro em discurso. Eles mostram como as mulheres estupradas vivenciam diferentes formas de violência, física, psicológica ou simbólica, desde a infância. O fato de o estupro ter ocorrido em ambiente doméstico reforça a sensação de que não pode ser dito e de que não é do interesse público. Nesse contexto, a imagem masculina é imaculada e colocada como hierarquicamente superior à imagem feminina, dominando as regras do ambiente. Já a imagem feminina é colocada em uma posição de submissão desde cedo. Há um movimento de unificação dos depoimentos, como se as histórias de estupro compartilhassem as mesmas referências, o mesmo roteiro de agressões, acusações e silenciamentos. Percebemos isso, por exemplo, quando identificamos que a maioria das histórias se passa no ambiente doméstico e que, muitas vezes, o agressor é um familiar ou alguém próximo. Portanto, acreditamos que, em algum momento do discurso, há contradições que tentam

retratar o estupro em defesa da vítima. Observamos que esse fenômeno ora se reduzia ao domínio cognitivo, ora ao social, onde a representação de um violador socialmente estereotipado se confunde, às vezes, a partir da experiência do abuso que se dá no âmbito das relações familiares.

Em suma, os arcabouços teóricos utilizados e as análises feitas contribuíram para destacar que, na prática social, as relações de poder estão imbricadas nas influências histórico-culturais de um indivíduo que (re)produz ideologias que ainda continuam sendo compartilhadas por grupos e pessoas que seguem a mesma linha de pensamento. Os depoimentos analisados evidenciam que a sociedade ainda reproduz discursos e comportamentos machistas e de violência de várias formas cada vez mais naturalizadas. Evidenciamos tal questão, por exemplo, por meio das figuras do psicólogo e da mãe que são trazidas em um dos depoimentos como sendo meio de desabafar e buscar tratamento, amparo e suporte em relação ao ocorrido. Contudo, tais enunciadores não correspondem às expectativas iniciais, já que o primeiro (enunciador-psicólogo) muda de assunto e aponta que a vítima já “havia superado se falava tão fácil”. E o enunciador-mãe, embora tivesse, também, sido vítima de abuso sexual, naturaliza o ato, apontando, por meio de um eu inclusivo, que “nós mulheres passamos por isso constantemente”. E, mais do que isso, ao afirmar que “ficamos mais fortes e calejadas por isso”, é trazido, ao interior do enunciado, um posicionamento favorável em relação às consequências do estupro. E, mais do que isso, a vítima não é apenas culpabilizada pelo estupro, mas, recorrentemente, sente-se culpada pela violência sofrida ao longo dos depoimentos.

Desse modo, podemos retomar e confirmar a nossa hipótese inicial: “o inimigo da mulher não é propriamente o homem, mas a organização social de gênero cotidianamente alimentada não apenas por homens, mas também por mulheres”. Percebemos, então, que, por vezes, as mulheres que representam o estupro estão imersas em um sistema, construído de maneira tão eficaz, que, faz a manutenção da naturalização das representações simbólicas, mantendo invisíveis as relações hegemônicas de poder para as próprias mulheres.

Logo, a análise feita permitiu-nos perceber que, embora as representações sociais em relação ao estupro venham sofrendo transformações na sociedade e que distintos discursos sejam responsáveis por essa mudança, questões como essa precisam ser revistas, pois, na maioria das vezes, são tratadas de forma velada e atenuada e é preciso levar em consideração fatores sociais que estão diretamente ligados ao ato, já que distintos posicionamentos sociais e culturais refletirão diretamente na forma de agir da vítima e dos estupradores. Desta maneira, foi possível notar que a violência sexual contra a mulher representada pelo estupro envolve certa complexidade da representação do ato, uma vez que é um tema pouco abordado, já que

envolve vergonha, preconceito e, sobretudo, invisibilidade. Por conseguinte, isso atesta a importância de o sujeito contestar a dominação por intermédio da prática discursiva, uma vez que, segundo Fairclough (2001, p. 90), o discurso deve ser visto como um modo de ação, como uma prática que altera o mundo e altera os outros indivíduos no mundo.



## REFERÊNCIAS

ADLER, Z. **Rape on trial**. London: Routledge & Kegan Paul, 1987.

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Percepções sobre estupro e aborto previstos por lei**. Disponível em: <[https://assets-institucional-ipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2020/11/Locomotiva\\_IPG\\_EstuproeAbortoPrevistoPorLeiNovembro2020-1.pdf](https://assets-institucional-ipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2020/11/Locomotiva_IPG_EstuproeAbortoPrevistoPorLeiNovembro2020-1.pdf)>. Acesso em: 13/09/2021.

ALBUQUERQUE, A.; MAGALHÃES, E. Redes de campanha a candidatos à prefeitura do Rio de Janeiro. **Em Debate**, Belo Horizonte, v.8, n.6, 2016.

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo**. 6.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

ARAÚJO, I. L. **Do signo ao discurso**: introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

ARAÚJO, L. F. **Violência contra a mulher**: a ineficácia da justiça penal consensuada. São Paulo: Lex Editora, 2003.

ARFUCH, L. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BRASIL. **Lei Federal n.º 8.072, de 25 de julho e 1990**. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8072.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8072.htm)>. Acesso em: 20/01/2021.

BRASIL. **Lei Federal n.º 11.106, de 28 de março de 2005**. Brasília, 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111106.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111106.htm)>. Acesso em: 20/01/2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Temático prevenção de violências e cultura da paz III**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.

BRASIL. **Lei Federal n.º 12.015, de 7 de agosto de 2009**. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei n.º 2.252, de 1º de julho de 1954. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm)>. Acesso em: 26/05/2021.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUCHMÜLLER, H. **Crimes sexuais**: a impunidade gerada por um Estado omissor. 2016. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunas/crimes-sexuais-a-impunidade-gerada-por-um-estado-omissor>

o/. Acesso em: 11/01/2023.

BURT, M. R. (1980). Cultural myths and supports for rape. **Journal of Personality and Social Psychology**, 38, 217-230.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABRAL, F.; DÍAZ, M. Relações de gênero. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE; FUNDAÇÃO ODEBRECHT. **Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar**. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona Ltda, 1998. p. 142-150.

CAMPOS, A. A. A cultura do estupro como método perverso de controle nas sociedades patriarcais. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 183, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/32937/17062>. Acesso em: 26/05/2021.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERQUEIRA, D. **Trajетórias individuais, criminalidade e o papel da educação**. IPEA, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/9/trajetorias-individuais-criminalidade-e-o-papel-da-educacao>>. Acesso em 04 jan. 2018.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CHOULIARAK, L.; N., FAIRCLOUGH. 1999. **Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis**. Edimburgo: Edinburgh University Press.

COLLINS, P. H. **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. New York; London: Routledge, 1990.

DRAWIN, C. R. **O paradoxo antropológico da violência**. Barbacena, MG: Ed. UEMG, 2011.

DREZETT, J. **Violência sexual contra a mulher e impacto sobre a saúde sexual e reprodutiva**. Revista de Psicologia da UNESP, Assis, v. 2, n. 1, 2003. Disponível em: <http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/1041>>. Acesso em: 03 jun. 2020.

FACIO, A. **Cuando el género suena cambios trae: una metodología para el análisis de género del fenómeno legal**. San José: ILANUD, 1992.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2001.

\_\_\_\_\_. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FERNANDES, A. C. **Análise de discurso crítica para leitura de textos na contemporaneidade**. Editora Intersaberes, 2014.

FIRMINO, F.; PORCHAT, P. Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamento a partir de problemas de gênero. **Rev. Bras. Psicol. Educ.**, Araraquara, v.19, n.1, 2017.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>>. Acesso em: 13/09/2021.

GARCIA, C. C. **Breve história do feminismo**. São Paulo, SP: Ed. Claridade, 2011.

HABERMAS, J. **A mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DR&A editora, 2006.

HALL, S. **Representation: cultural representation and signifying practices**. London: Sage Publications, 1997.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.

KRESS, G. Critical Discourse Analysis. **Annual Review of Applied Linguistics**, Cambridge, v.11, 1990. Disponível em: <<http://journals.cambridge.org/action/displayJournal?jid=APL>>. Acesso em: 07/07/2020.

LAZAR, M. Politicizing gender in discourse: feminist critical discourse analysis as political perspective and praxis. In: **Feminist critical discourse analysis: gender, power and ideology in discourse**. London: Palgrave Macmillan, 2005.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo. Editora 34, 1999.

MACHADO, T. R. Representações da mulher vítima de violência sexual: abordagens midiáticas do estupro coletivo sob uma perspectiva discursiva, crítica e feminista. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress**, Florianópolis, 2017. Disponível em: <[http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499458638\\_ARQUIVO\\_artigofazendogenero,versaofinal.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499458638_ARQUIVO_artigofazendogenero,versaofinal.pdf)>. Acesso em: 12/08/2020.

MAIA, R. C. M.; GOMES, W. **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.

MARCUSCHI, L. A. Anáfora indireta: o barco e suas âncoras. **Revista Letras**. Curitiba: Editora da UFPR, 2001. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/dba4/14055d8846cbd763eeb54f9dd9421fdd5ef2.pdf>>. Acesso em: 06/01/2021.

MATOS, D.; NOGUEIRA, S. Confrontando o sistema patriarcal romano: um olhar a partir da Passio Sanctorum Perpetuae et Felicitas e dos Atos de Paulo e Tecla. **RIBLA - Revista de Interpretação Bíblica Latino Americana**, Petrópolis - RJ, n. 73, p.47-63, maio 2016.

MELO, I. F. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. **Letra Magna**, UFSC, 2009. Disponível em: <[http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Melo\\_ADeACD.pdf](http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Melo_ADeACD.pdf)>. Acesso em: 15/07/2020.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MEYER, M. (Org.). **Métodos de Análisis Crítico del Discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003. p. 17-34.

MINAYO, M. C. **Violência e Saúde** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>>. Acesso em: 22/04/2021.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOLINA, V. **O tratamento jurídico-penal do estupro**. Presidente Prudente: Faculdade de Direito de Presidente Prudente/SP, 2008. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/Direito/article/viewFile/695/714>>. Acesso em: 12/08/2020. (Monografia – Bacharelado em Direito).

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In CALVACANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A.; (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52. (Clássicos da Linguística)

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construction des objets de discours et categorisation: une approche des processus de référénciation. In: BERRENDONNER, A. e M-J REICHLER-BEGUELIN (eds), 1995.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

LEMOS, R.; DI FELICI, M. **A vida em rede**. Campinas, SP: Papirus 7 Mares, 2014.

NATALINO, L. R. **Feminismo em rede**: mobilizações transmídia por meio de hashtags. 2021. 106 f. Dissertação (Mestrado) – Comunicação Social. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

OLIVEIRA, K. A subnotificação enquanto característica marcante do estupro no contexto brasileiro. **FIDES**, Natal, V. 10, n. 2, jul./nov. 2019.

ORIHUELA, José Luís. **Los 'weblogs' cumplen diez años de agitación**. 2007. Disponível em: [http://elpais.com/diario/2007/01/18/ciberpais/1169089343\\_850215.html](http://elpais.com/diario/2007/01/18/ciberpais/1169089343_850215.html). Acesso em: 26/10/2022.

ORNELAS, J. R. **Hebreus**: uma perspectiva histórica do povo de Deus. Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19150/1/HebreusPerspectivaHistorica.pdf>. Acesso em: 26/05/2021.

PERES, A. C. Campos de estupro: as mulheres e a guerra na Bósnia. **Cadernos Pagu**, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n37/a05n37>. Acesso em: 12/08/2020.

REBELO, A. C. Discurso, sexualidade e violência: entre a “mulher direita” e a “vadia”: análise da culpabilização da vítima de violência sexual em posts no Facebook. In: **Por uma análise do discurso sobre o gênero e a sexualidade**: efeitos de sentido, ideologias e práticas discursivas. São Paulo, SP: Ed. Pimenta Cultural, 2019.

RESENDE, V.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RESENDE, V.; RAMALHO, V. Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. **Linguagem em (dis)curso**, 2004.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RO, Christine. O que faz a maioria das vítimas de estupro não reconhecer ou falar sobre a agressão. **BBC News**, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-46444996>. Acesso em: 18/06/2021.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTANA, M.; ANDRADE, G.; RIBEIRO, J. Da referência à referenciação: uma abordagem sociocognitiva interacional. **VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”**, São Cristóvão, SE, 2012. Disponível em: [http://educonse.com.br/2012/eixo\\_12/PDF/2.pdf](http://educonse.com.br/2012/eixo_12/PDF/2.pdf). Acesso em: 05/01/2021.

SANTOS, B. A Importância do Feminismo na desconstrução da estrutura de poder patriarcal e sexista. **Justificando**, Maranhão, 2019. Disponível em: <https://www.justificando.com/2019/03/28/a-importancia-do-feminismo-na-desconstrucao-da-estrutura-de-poder-patriarcal-e-sexista/> . Acesso em: 08/01/2022.

SANTOS, D.L.V dos. **As Brasileiras no Poder**: uma análise das narrativas de gênero das Deputadas Federais no *Twitter*. 199p. Qualificação de Doutorado (Comunicação Social). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM). Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2021.

SCHAFFRAN, Lynn Hecht. Barriers to credibility: understanding and countering rape myths. **National Judicial Education Program Legal Momentum**, 2005.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99

SOUSA, R. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Revista Estudos Feministas**. Vol. 25, n.1, pp.9-29, 2017. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v25n1/1806-9584-ref-25-01-00009.pdf>>. Acesso em 17 jun. 2020.

SOUZA, C.; ADESSE, L. (Org.). **Violência sexual no Brasil: perspectivas e desafios**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

TABORDA, J.; CHALUB M., ABDALLA-FILHO, E. **Psiquiatria Forense**. Porto Alegre: Artmed; 2016.

TOMASELLI, S.; PORTER, R. (orgs). **Estupro**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.

VIEIRA, J.; MACEDO, D. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: BATISTA JR, J. R.; SATO, D.; MELO, I. de. (orgs.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. 1. Ed. São Paulo: Parábola, 2018.

WOITOWICZ, k; PEDRO, J. Feminismo e ativismo midiático: o jornalismo como estratégia de ação política. **Revista Estudos Feministas**, UFSC, v. 9, 2010, 10 p.

WODAK, R. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Revista Linguagem em (Dis)curso**. 2004. v.4, n. Especial, pp. 223-243.

### MATERIAL DE ANÁLISE

MENEZES, Leiliane. **Biografia de um crime sem castigo**. Metrópoles, 2017. Disponível em:  
<https://www.metropoles.com/materias-especiais/estupro-no-brasil-99-dos-crimes-ficam-impunes-no-pais>. Acesso em: 01/04/2019.

## ANEXO 1 – DEPOIMENTO 1

“Eu tinha 9 anos, tinha amigos mais velhos que eu, de uns 14 anos... Não fazia a mínima ideia do que estava fazendo, mas nunca disse ‘não’. Fizemos de tudo, até que fui agredida para o prazer deles. Eu era pequena, então acabava me machucando, eles eram muito maiores que eu.

Acontecia tudo como uma ‘troca’. Eu gostava muito de jogar um jogo e só tinha acesso na casa desse amigo mais velho. Então, se eu não fizesse o que eles queriam, não podia brincar. Passei por vários estágios. Logo depois que o abuso aconteceu, me isolei de tudo, chorava muito, não conseguia me relacionar com ninguém. Depois de uns anos, comecei a criar uma proteção, uma casca, e aí conseguia contar normal, falar normal sobre isso.

Eu vejo as consequências desses estupros em quem eu me tornei já na vida adulta. Sempre fui muito descontrolada em questão física, de sexo. Para mim, era muito difícil me soltar, mas, com quem eu confiava e namorava, nunca tive limite. Já desrespeitei pessoas por causa da minha vontade. Para mim, não fazia sentido alguém me dizer ‘não’.

Mas, ao mesmo tempo, na minha cabeça, eu nunca queria fazer com alguém o que fizeram comigo. Até hoje me culpo por não ter dito ‘não’. Sei que não tenho a mesma mentalidade de quando tinha 9 anos, sei que a culpa não é minha, mas, dentro de mim, a culpa nunca sai. Já tive fases que não conseguia abraçar ninguém, até hoje tenho muita dificuldade com contato físico. Tem épocas que tudo está mais sensível e tem épocas que consigo falar naturalmente sobre tudo.

A única vez que consegui procurar tratamento para isso, o psicólogo mudou de assunto e disse que ‘eu já tinha superado se falava tão fácil’. E aí desisti, nunca mais busquei ajuda. Tento me ajudar só.

Com o passar do tempo, e de me relacionar mais, passei a respeitar mais as pessoas, e hoje o sexo para mim é algo além do físico, da necessidade física (que não existe mais para mim). É sobre sentimento, acima do prazer da carne. Com a minha namorada hoje em dia, não passo mais dificuldade como passava antes. Se ela diz ‘não’, é não. E, na maioria das vezes, não precisa nem dizer! Eu mesma espero que ela demonstre vontade.”

**Fonte:**

<https://www.metropoles.com/materias-especiais/estupro-no-brasil-99-dos-crimes-ficam-impunes-no-pais>

## ANEXO 2 – DEPOIMENTO 2

“Eu tinha 7 anos e tinha um primo de 13 anos muito próximo, que, todos os finais de semana, ia até a casa da minha avó, que era onde eu morava. O pai dele, marido da minha tia, sempre foi um idiota. Gostava de constranger as meninas com umas brincadeiras de abaixar nossas calças e nos deixava pelada diante da família toda. Esse meu primo é filho dele.

Sempre tinha umas brincadeiras de querer beijar na boca, de pegar na bunda. Um dia, quando todos estavam na sala, ele colocou o pinto pra fora e começou a mexer nele. Depois de grande fui entender que aquilo era masturbação. Fiquei com medo e não falei para ninguém.

Depois, ele vinha sempre quando não tinha ninguém por perto e me abraçava, apertava meu peito. Até que, um dia, tirou minha calça e me penetrou. Senti dor, queria gritar, mas ele me tapava a boca. Beijava a força, até que mordi. Foram seguidas vezes que isso aconteceu. Nunca falei isso para a minha mãe, por medo da reação dela ou de ela ficar contra mim.

O segundo caso foi ainda mais sério. Eu tinha 13 anos, e foi muito traumático, pois me deixou marcas psicológicas e físicas. O pedreiro que fazia uma obra na minha casa me estuprou. Era dia, e não tinha mais ninguém em casa. Eu desmaiei de dor e já acordei no hospital.

Em razão da violência do estupro, tive que fazer cirurgia para retirar uma parte do meu útero e trompas, que foram estourados. Fiquei infértil e já sofri muito por conta disso. Fiquei com nojo da figura masculina e até hoje tenho.

Namorei um rapaz e, todas as vezes que íamos ter relações sexuais, eu sentia como se estivesse sendo estuprada. Não tive acompanhamento psicológico. Consegui falar sobre esse assunto depois dos meus 25 anos.

Nenhum dos dois foi punido. O pedreiro, nunca mais tivemos notícia. E o meu primo, infelizmente, preciso manter contato, pois a família não sabe. Até pouco tempo, minha tia falava que eu ia casar com ele.

Minha família soube do pedreiro, mas é um assunto que não se comenta de jeito algum. Não fizeram ocorrência na época, talvez por medo da repercussão ou por covardia mesmo. É um sentimento estranho de sentir. Uma revolta tão grande, que você não imagina! Me sinto impotente, com medo que façam com outra pessoa o que fizeram comigo...

Eu diria às mulheres que viveram isso que elas tenham coragem de denunciar seja quem for. Que procurem ajuda e que falem sobre isso com todos.”



**Fonte:**

<https://www.metropoles.com/materias-especiais/estupro-no-brasil-99-dos-crimes-ficam-impunes-no-pais>

### ANEXO 3 – DEPOIMENTO 3

“Meu caso é um dos mais comuns dentro desse tema, acredito que já tenha acontecido com muitas meninas, principalmente com as que gostam de beber e às vezes passam do limite, como eu.

Foi no final de 2013, eu estava passando por um período de extrema fragilidade emocional, estava vivendo um namoro abusivo, tinha dado um tempo com esse namorado e estava super na fossa. Resolvi ir numa festa na UnB [Universidade de Brasília], enchi a cara de catuaba e lá encontrei um ‘colega’, que veio meio que se declarar para mim.

Colega esse que eu não tinha o mínimo de vontade de ficar, mas, como estava vivendo aquela situação péssima com meu ex-namorado e esse meu colega tinha todo o estereótipo de fofo e bom moço, resolvi dar uma chance.

Aí fiquei com ele na festa até o final, passei muito do limite na bebida, pegamos um táxi e ele disse que estava razoavelmente sóbrio e que ia pegar o carro dele em casa, pra me deixar na minha casa. Topei.

Chegamos no bloco dele, e eu me lembro claramente de dizer que não ia subir, que ia esperá-lo lá embaixo para pegar a chave. Ele me convenceu a subir, com o argumento de que eu deveria tomar água para ficar menos estragada no dia seguinte. Confiei de novo.

Subi, e ele me agarrou pesado, e a pegação foi ficando mais forte, e eu lembro de dizer claramente que queria que ele parasse. Ele me ignorou e começou a forçar a barra, e eu fiquei inerte. Não lembro de tudo exatamente, mas lembro que eu só queria que acabasse logo. Depois fui para casa e, no dia seguinte, o infeliz ainda me mandou mensagem se dizendo preocupado, querendo saber como estava a minha ressaca.

Demorei vários meses pra entender que tinha sido um estupro. Inicialmente fiquei em negação e me culpei porque, afinal, quem tava ‘bebaça’ era eu. No dia em que me deconta, eu desabei, chorei por horas seguidas, não sabia o que fazer. Conte para minha mãe, que também foi estuprada quando criança e, depois, na juventude também.

Ela basicamente disse que nós mulheres passamos por isso constantemente, que isso é uma merda, mas que ficamos mais fortes e calejados por isso. Hoje, anos depois, essa história ainda me afeta e, de vez em quando, eu ainda desabo por lembrar que passei por isso, que minha mãe passou, que amigas minhas passam, e outras tantas mulheres vivenciam isso constantemente e, muitas vezes, nem se dão conta.

Hoje em dia, eu tenho raiva dos homens, nojo e medo. Muitos casos (assim como o meu) não são denunciados, muitas vezes, porque ficamos nesse estado de negação por muito tempo. A sociedade me ensina que nós somos as culpadas nesse tipo de situação, porque tava bêbada, pois foi para a balada sozinha, porque tava de short curto e etc. Para mim, isso é o pior, por isso é muito necessária essa conscientização de que não é nossa culpa. A primeira coisa que as pessoas fazem é desacreditar a mulher!”

**Fonte:**

<https://www.metropoles.com/materias-especiais/estupro-no-brasil-99-dos-crimes-ficam-impunes-no-pais>

#### ANEXO 4 – DEPOIMENTO 4

“Tudo começou quando eu tinha uns 6 ou 7 anos e durou até meus 10 ou 11. Meu tio (irmão da minha mãe) morava com a gente (morávamos minha mãe, meus irmãos e ele; meu pai nos abandonou bem antes disso). Minha mãe trabalhava de segunda a segunda para sustentar a gente, e nisso deixava esse tio para cuidar de nós. E era aí que acontecia.

Eu não me lembro como começou. Eu só lembro que acontecia frequentemente. Ele me tocava e me fazia tocar ele. Mandava fazer sexo oral nele. Era o que mais acontecia. Chegou um momento em que, em todos os lugares que íamos, minha mãe estando ou não, ele me mandava fazer isso.

Na chácara do meu avô, ele me levava para a plantação de laranja que tinha lá e me fazia fazer oral nele. Na casa da minha bisavó, ele me acordava no meio da noite para fazer a mesma coisa. Eu não tinha coragem de fazer ele parar. Eu tinha medo, muito medo.

Quando eu tinha uns 8 anos, ele se casou. E aí pensei que pararia. Mas não parou. Ele se mudou, mas todas as tardes ligava no telefone fixo da minha casa, para falar comigo, e aí dizia que sentia minha falta, que sentia falta da minha boca nele, que a mulher dele não fazia igual. Foram anos assim. Até que um dia ele cansou.

Acontecimentos mais tarde me fizeram saber porque ele cansou. Passou-se um tempo, eu ainda vivia com medo. Eu tinha medo que alguém descobrisse, que minha mãe descobrisse. Sempre que ela alterava o humor, eu jurava que era porque ela tinha descoberto. Eu me vestia igual homem, eu só vivia trancada no quarto. Eu tinha ódio das pessoas.

Aos meus 15 anos, minha irmã de 11 anos falou para a minha mãe que ele tinha estuprado ela. Minha mãe morreu por dentro aquele dia. O que aconteceu foi que ela foi na casa dele, o que era normal, brincar com as filhas dele. E aí ele a estuprou. Em mim ele não tinha penetrado, mas nela penetrou.

Minha mãe foi para a justiça. Todo mundo da família da parte da minha mãe parou de falar com ela nesse momento. Ninguém acreditou. Minha avó e meu avô ligavam xingando minha mãe. Minha mãe sofreu pelo que a filha sofre e por não ter tido apoio nenhum.

Até aí, eu ainda não tinha contado sobre mim. Até que um dia, por essa mesma época, em uma noite, eu tive um colapso e contei para a minha mãe. Ela morreu pela segunda vez. Fomos levar meu caso para a justiça também. Minha irmã e eu tivemos que depor muitas vezes na psicóloga da polícia.

Acho que por isso meu testemunho se tornou tão automático. Eu tive que recontar diversas vezes. Fizemos testes de virgindade da polícia. Eu ainda tinha o hímen, mas a minha irmã não. Minha mãe preferiu não contar a ela isso, que a virgindade dela já era.

Ah, é definitivamente, ele tinha parado de abusar de mim porque eu já estava crescendo. Ele é um pedófilo. Então cansou de mim e foi para a sobrinha mais nova. Eu me sinto culpada pelo que aconteceu com a minha irmã. Eu não tive a coragem dela e me calei.

Depois de um tempo, teve o julgamento. Foi horrível. Eles me colocaram em uma sala com a psicóloga, uma câmera e um microfone. Tudo que eu dissesse, meu tio veria da outra sala. E a minha mãe também. Eu odiei que minha mãe pudesse ouvir.

A dor que ela estava sentindo... meu Deus! E aí tive que contar tudo de novo. No meio da audiência, o advogado do meu tio citou outro abuso que eu havia sofrido, dessa vez, por um filho adotivo da minha avó.

O advogado usou isso como defesa. Disse que eu estava confundindo o meu tio com outro homem, mas eu não estava. O primeiro fez isso comigo duas ou três vezes, o meu tio fez minha infância inteira. Mas não quiseram saber disso.

Minha irmã também teve que depor, e, mesmo ela contando tudo o que aconteceu com ela, simplesmente ignoraram tudo. Enfim, o processo foi arquivado. Todo o nosso trabalho, todas vezes que tivemos que depor, toda a dor da minha mãe, não deu em nada.

Ele tem duas filhas, e eu tenho medo que elas tenham passado por isso. A família, aos poucos, voltou a falar com minha mãe, mas são todos uns falsos. Todos eles apoiam esse meu tio. O meu pai, na época, comentou que a culpa era nossa. Foi horrível...

Hoje tenho 21 anos e já fui diagnosticada com depressão, ansiedade e síndrome do pânico. Sabe o que é a síndrome do pânico? É eu respirar e pensar que tem alguém me seguindo. É estar sozinha em casa, piscar e jurar que tem alguém me estuprando. É passar dias e noites trancada, sozinha, no banheiro chorando porque não consigo sair, porque tenho medo da minha sombra.

Eu tremo, meu coração acelera, é como se eu fosse morrer. Tive que tomar tarja preta, mas larguei. Não posso assistir a determinados tipos de filmes. Eu terminei com meu namorado porque, uma hora, ele cansou de lidar com minhas crises de pânico e ansiedade. Tenho medo de ter que terminar meu novo relacionamento pelo mesmo motivo.

Às vezes, quando meu namorado me toca, eu paraliso de medo. Às vezes choro, peço para ele não me ver, não me tocar, porque eu tenho medo. Às vezes, no simples toque dele, eu

penso que vou morrer. Mas tenho mais medo ainda de um dia ter uma filha. Foi por esse motivo que decidi que não quero ter filhos, inclusive.

Se minha irmã não tivesse contado pra minha mãe, eu nunca teria contado. Minha mãe não sabe a forma como me sinto, porque se eu contar, ela morre. Assim como eu morri todas as vezes que ele me dizia ‘chupa’; assim como eu tive a pior morte da minha vida no dia que contei pra minha mãe e ela disse: ‘a culpa é toda minha’.

Enquanto eu tenho crises de pânico, pesadelos, não consigo me envolver com ninguém, tenho ansiedade e depressão, outros zombam de mim, da minha mãe, desacreditam a gente, abandonam a gente. E a gente faz o quê? Sobrevive.”

**Fonte:**

<https://www.metropoles.com/materias-especiais/estupro-no-brasil-99-dos-crimes-ficam-impunes-no-pais>